

Luta compartilhada

A CAMPANHA SALARIAL NACIONAL 2012 DA CONTEE FAZ SUCESSO
NAS REDES SOCIAIS, COMPARTILHANDO AS DENÚNCIAS SOBRE IRREGULARIDADES
NO SETOR PRIVADO DE ENSINO.



PREPARATIVOS

O VIII CONGRESSO DA CONTEE ACONTECERÁ EM SÃO PAULO/SP, NO FINAL DE AGOSTO, E DEVE REUNIR CERCA DE 700 PARTICIPANTES

CRISE NA EUROPA

O PRESIDENTE DA FENPROF, MARIO NOGUEIRA, FALA SOBRE A LUTA DOS DOCENTES PORTUGUESES NO ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICA QUE ATINGE O PAÍS

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA GANHA CAMPANHA COM FOCO NA DISCUSSÃO DE UM NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA A COMUNICAÇÃO BRASILEIRA

- 3 EDITORIAL**
Em 2012, a luta renovada
- 4 EDUCACIONAL**
FNE começa a construir a CONAE
- 6 NACIONAL**
Instalada a Comissão da Verdade
- 8 NACIONAL**
Brasileiro prefere assistir TV a ler livro
- 10 SINDICAL**
VIII CONATEE acontecerá em São Paulo
- 12 ENTREVISTA**
Mário Nogueira - A Mercantilização da Educação é um problema mundial
- 18 SINDICAL/ARTIGO**
O professor também é teletrabalhador?
- 20 CURTAS DAS FILIADAS**
- 24 CAPA**
Blog e redes sociais garantem sucesso da Campanha 2012
- 28 EDUCACIONAL/ARTIGO**
Privatização do Ensino Superior: Problemas
- 32 NACIONAL**
Famílias trocam escola pública pela escola privada
- 34 CURTAS DA CONTEE**
- 39 COMUNICAÇÃO**
Seminário discute campanha pela Democratização da Comunicação
- 42 EM ALTA, EM BAIXA**
- 44 NACIONAL**
Mortalidade Materna no Brasil



Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Diretoria Executiva

Coordenação Geral
Madalena Guasco Peixoto

Secretaria Geral
Cristina de Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais
Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Assuntos Jurídicos
João Batista da Silveira

Secretaria de Comunicação Social
Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria de Finanças
José Roberto Torres Machado

Secretaria de Formação e Políticas Sociais
Rita Fraga de Almeida Zambon

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais
Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia
Nara Teixeira de Souza

Regional Sul
Cássio Filipe Galvão Bessa

Regional Sudeste
Francílio Pinto Paes Leme

Regional Centro-Oeste
Edson de Paula Lima

Regional Norte
José Carlos Padilha Áreas

Regional Nordeste
Manoel Henrique Filho

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho
Amarildo Pedro Cenci

Ailton Fernandes
Airton Duarte Cunha

André Luiz Giudicissi Cunha
Ângelo Lacerda Rocha

Cristina Kavalkiesvicz
Eduardo Assis Fonseca Botelho

Erivelton José Konfideira
Franciso Perez Levy

Gilson Reis
João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho
José Jackson Bezerra

Lavinia Rosa Rodrigues
Luiz Alberto W. Grossi

Márcia Almeida Machado
Márcia de Alencar Santana

Nivaldo Pinto Ferreira
Olmir Luiz Paludo

Oswaldo Souza Santos
Rodrigo Pereira de Paula

Valdir Graniel Kinn
Walteir Luiz Betoni

Wanderley J. Quêdo
Wellington Teixeira Gomes

Wilson Melo Sodré

CONSELHO FISCAL

Helder Abud Paranhos
Gisele Vargas

Robson Terra Silva

A luta renovada

Há mais de 20 anos a CONTEE luta em defesa da educação pública, de qualidade, para todos e todas e pela regulamentação do setor privado de ensino – com a valorização dos professores e trabalhadores técnicos e administrativos. Recentemente, testemunhamos o avanço dos processos de fusões e aquisições e da abertura de capitais das Instituições privadas de ensino superior.

Diante disso, em 2012, a Confederação intensificou seu trabalho de denúncia das irregularidades no setor privado e de luta pelas transformações necessárias na educação, em busca do desenvolvimento do País. A cada denúncia, a cada protesto, cada ato, cada reivindicação, cada atividade, a CONTEE diz: “Tem algo errado no ensino privado”.

Tal afirmação coroou a nossa bem sucedida Campanha Nacional Salarial que, neste ano, recebeu o reforço inédito das ferramentas das redes sociais – potencializando seu alcance na sociedade. Por isso, as denúncias reunidas e divulgadas ao longo da Campanha em nosso Blog, bem como no Facebook e Twitter, são os destaques da matéria de capa desta edição da Revista Conteúdo.

Nas próximas páginas, é possível também acompanhar as principais informações sobre a realização do VIII Congresso da CONTEE – que acontecerá no final de agosto, em São Paulo/SP – e ler matérias sobre conjuntura nacional e internacional, como a instalação da Comissão da Verdade e a entrevista exclusiva com o Presidente da Federação dos Professores de Portugal (FENPROF), o companheiro Mario Nogueira.

Além disso, conheça as novidades sobre a luta pela democratização da mídia – discutidas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). E, por fim, confira as últimas notícias sobre as atividades desenvolvidas pela CONTEE e nossas entidades filiadas no último período.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE



FNE começa a construir *próxima CONAE*

DANIELE MORAES



O acompanhamento da tramitação do novo PNE e o início dos preparativos para a realização da II CONAE foram os principais temas debatidos nas últimas reuniões do Fórum Nacional de Educação.

Atividade da I Conferência Nacional de Educação realizada em 2010

O Fórum Nacional de Educação já iniciou o processo de construção da II Conferência Nacional de Educação, que acontecerá em 2014. Para isso, vem realizando debates e encontros para tomar as primeiras decisões e estabelecer um calendário geral para as ações ligadas ao evento.

A última CONAE aconteceu em 2010 e contou com a participação de 2,5 mil delegados de todo o País. Na ocasião, o

texto aprovado nos seis eixos temáticos serviu de base para a elaboração de proposta para o Plano Nacional de Educação (PNE), cujo projeto ainda tramita no Congresso Nacional.

A própria criação e instalação do Fórum Nacional de Educação é fruto de deliberações da CONAE, que definiu que o órgão deveria constituir espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, reivindicação histórica da comunidade educacional. Entre as atribuições do FNE estão participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação, bem como acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos legislativos referentes a essa política. Composto por 35 entidades representantes da sociedade civil e do poder público. O Fórum é também o responsável por “planejar e coordenar a realização de conferências nacionais de educação, bem como divulgar as suas deliberações”.

A CONTEE integra o FNE desde sua criação – sendo representada pela Coordenadora Geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, e pela Secretária de Assuntos Educacionais, Adércia Hostin.

As mais recentes reuniões do grupo trataram justamente do acompanhamento da tramitação do novo PNE e deliberaram sobre as primeiras diretrizes e orientações para os fóruns nacional, estaduais e municipais de educação. O tema da próxima Conferência também está em debate.

Diversidade: novos representantes no FNE

Os movimentos sociais pela educação de indígenas e de gênero e diversidade passaram também a compor o Fórum Nacional de Educação. Foi o que estabeleceu portaria, publicada no dia 10/05, e assinada pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Para o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Educação, Francisco das Chagas Fernandes, a integração dos novos representantes ao fórum é um acréscimo à pluralidade de pensamento e à diversidade da entidade. “Quando falamos em educação para todos, para se ter educação com qualidade social é necessário que se veja a educação de forma inclusiva”, disse.

Sobre os movimentos de gênero e diversidade, o representante titular será indicado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT). O suplente, pela União Brasileira de Mulheres (UBM). A Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cnee) do MEC, a seu tempo, indicará os representantes, titular e suplente. **c**

Fonte: MEC

Instalada a *Comissão da Verdade*

Antonio Cruz/ABr

Comissão da Verdade CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

PAIS
CIDADANIA FUTURO
DEMOCRACIA
DIREITOS HUMANOS
CONSTRUÇÃO
TRANSPARENCIA
FUTURO
CIDADANIA
DIREITOS HUMANOS
PAIS
FUTURO
DIREITOS HUMANOS
CIDADANIA
DEMOCRACIA
CONSTRUÇÃO
DIREITOS HUMANOS
PAIS
FUTURO
DIREITOS HUMANOS
CIDADANIA

O dia 16 de maio de 2012 entrará para a história do Brasil por marcar a instalação da Comissão da Verdade – grupo que reúne juristas, ex-ministros e intelectuais e que tem como missão apurar as violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1946 e 1988 no País.

A presidenta Dilma Rousseff instalou, no dia 16 de maio, a Comissão da Verdade e deu posse aos sete membros que terão dois anos para apurar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 – período que inclui a ditadura militar. Participaram da cerimônia os ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A lei que cria a Comissão foi sancionada em novembro do ano passado. De acordo com o texto, a comissão tem o objetivo de esclarecer fatos e não terá caráter punitivo. O grupo vai aproveitar as informações produzidas há 16 anos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e há dez anos pela Comissão de Anistia.

Durante a solenidade a presidenta Dilma afirmou que: “Ao convidar os sete integrantes não fui movida por critérios pessoais, nem por avaliações subjetivas. Escolhi um grupo plural de cidadãos sensatos e ponderados, preocupados com justiça e com o equilíbrio, capazes de entender a dimensão do trabalho que vão executar - faço questão de dizer - com toda liberdade, sem qualquer interferência do governo, mas com todo apoio que precisarem”.

Segundo a presidenta, a Comissão deve trazer à tona graves violações de direitos humanos, no entanto, isso não será um instrumento para revanche contra agentes do Estado que praticaram esses crimes. “Não nos move o revanchismo, o ódio ou desejo de escrever uma história diferente do que acontece, mas escrever uma história sem ocultação”.

Durante seu discurso, a presidenta se emocionou ao lembrar os desaparecidos políticos: “O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e sobretudo merecem a verdade factual. Aqueles que perderam amigos e parente continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”.

Após a posse, os membros da Comissão fizeram a primeira reunião para definir a agenda e os planos de trabalho e definiram ainda que o colegiado não terá presidente e, sim, um coordenador. Durante os dois anos de atuação, todos os membros assumirão, pelo menos uma vez, a coordenação dos trabalhos. O primeiro será o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp. O Grupo deverá se reunir pelo menos a cada quinze dias em Brasília, com possibilidade de encontros extraordinários em outras cidades. **c**

Conheça a composição da Comissão da Verdade:

Cláudio Fonteles – Foi procurador-geral de República entre 2003 e 2005. Fonteles atuou no movimento político estudantil como secundarista e universitário e foi membro grupo Ação Popular (AP) que comandou a União Nacional dos Estudantes (UNE) na década de 60.

Gilson Dipp – Ex-corregedor do Conselho Nacional de Justiça, é ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Também é ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde 2011. Dipp é jurista e gaúcho de Passo Fundo.

José Carlos Dias – Foi ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso. Advogado criminalista, também foi secretário de Justiça do Estado de São Paulo no governo Franco Montoro. Atualmente é conselheiro da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da qual foi presidente.

José Paulo Cavalcante Filho – Advogado, escritor e consultor. Foi ministro interino da Justiça e ex-secretário-geral do ministério da Justiça no governo José Sarney. É consultor da Unesco e do Banco Mundial. Foi presidente do Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (Cade) entre 1985 e 1986.

Maria Rita Kehl – psicanalista, cronista e crítica literária. Foi editora do jornal Movimento, um dos mais importantes entre as publicações alternativas que circularam durante o período militar. Trabalhou nos principais veículos de comunicação do país. É autora de seis livros e vencedora do Prêmio Jabuti.

Paulo Sérgio Pinheiro – diplomata e professor da Universidade de São Paulo (USP), Pinheiro foi secretário

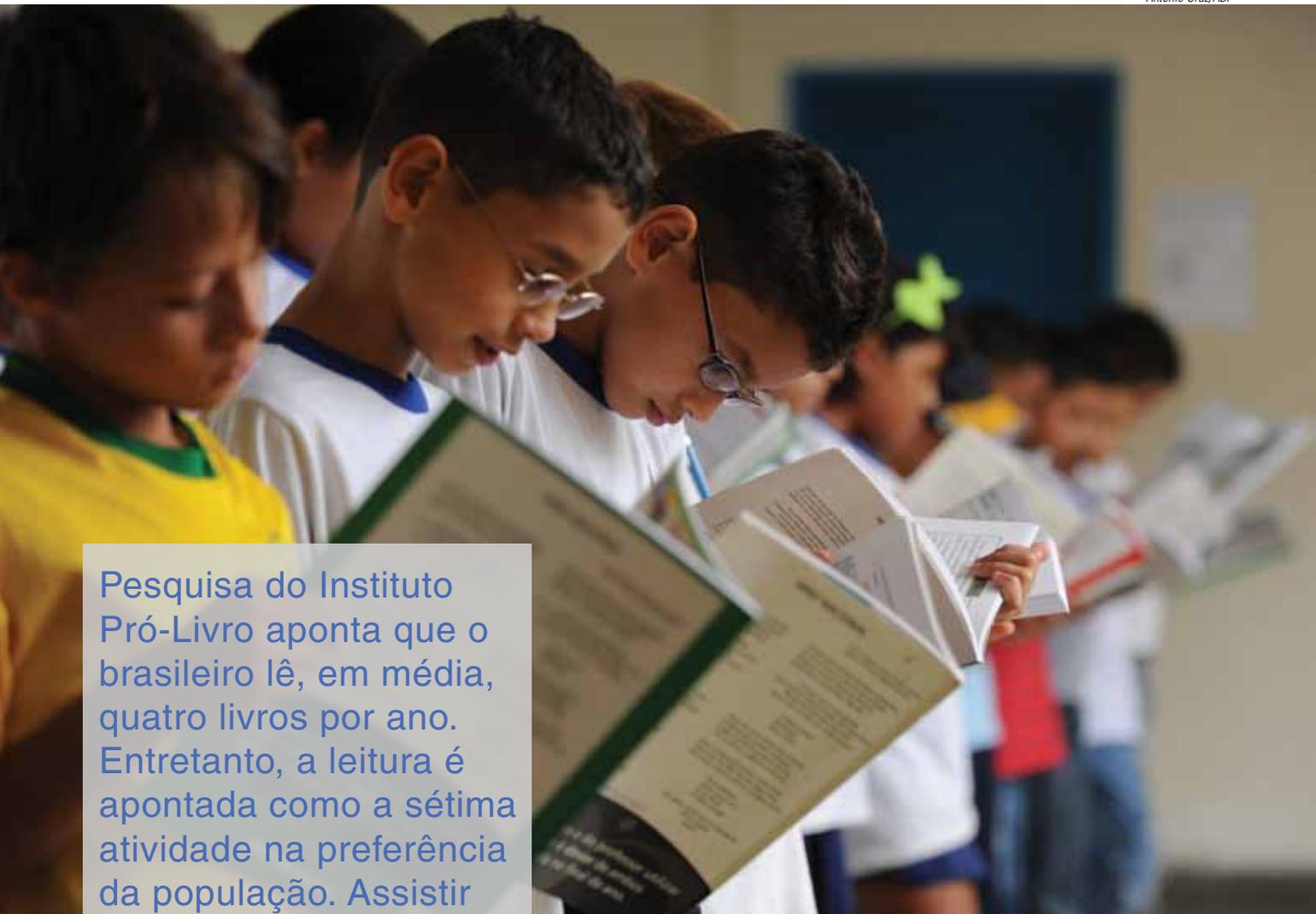
especial de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso. Participou do grupo de trabalho nomeado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva responsável por preparar o projeto da Comissão da Verdade. É Relator da Infância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Rosa Maria Cardoso da Cunha – Advogada criminalista, professora e escritora. Especializou-se na defesa de crimes políticos, com intensa atuação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, onde trabalhou, especialmente, no Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal. Atuou como advogada de diversos presos políticos, entre eles, a presidenta Dilma Rousseff.

Fonte: Agência Brasil

Brasileiro prefere assistir TV *a ler um livro*

Antonio Cruz/ABr

A photograph showing a group of children in a classroom, focused on reading their books. The children are wearing school uniforms, and the background is slightly blurred, emphasizing the reading activity.

Pesquisa do Instituto Pró-Livro aponta que o brasileiro lê, em média, quatro livros por ano. Entretanto, a leitura é apontada como a sétima atividade na preferência da população. Assistir televisão (85%) ainda é a atividade mais comum, seguida por escutar música ou rádio (52%), descansar (51%) e reunir-se com amigos e a família (44%).

O brasileiro lê em média quatro livros por ano e apenas metade da população pode ser considerada leitora. É o que apontou a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, divulgada no final de março pelo Instituto Pró-Livro. O estudo, realizado entre junho e julho de 2011, entrevistou mais de 5 mil pessoas em 315 municípios.

Em 2008, o instituto divulgou pesquisa semelhante que apontava a leitura média de 4,7 livros por ano. Entretanto, a entidade não considera que houve uma queda no índice de leitura dos brasileiros, já que a metodologia da pesquisa sofreu pequenas alterações para torná-la mais precisa.

De acordo com o levantamento, o Brasil tem hoje 50% de leitores ou 88,2 milhões de pessoas. Se encaixam nessa categoria aqueles que leram pelo menos um livro nos últimos três meses, inteiro ou em partes. Entre as mulheres, 53% são leitoras, índice maior do que o verificado entre os entrevistados do sexo masculino (43%).

Ao perguntar para os entrevistados quantos livros foram lidos nos últimos três meses, período considerado pelo estudo como de mais fácil lembrança, a média de exemplares foi 1,85. Desse total, 1,05 exemplar foi escolhido por iniciativa própria e 0,81 indicados pela escola.

Entre os estudantes, a média de livros lidos passa para 3,41 exemplares nos últimos três meses. Os alunos leem 1,2 livro por iniciativa própria, divididos entre literatura (0,47), Bíblia (0,15), livros religiosos (0,11) e outros gêneros (0,47).

De acordo com o estudo, a Bíblia aparece em primeiro lugar entre os gêneros preferidos, seguido de livros didáticos, romances, livros religiosos, contos, literatura infantil, entre outros.

TV é atividade preferida. Leitura fica em sétimo

O índice de brasileiros que prefere ler no seu tempo livre caiu de 36% entre 2007 para 28% em 2011. Assistir televisão continua sendo a atividade preferida e foi escolhida por 85% dos entrevistados. Em seguida aparecem escutar música ou rádio (52%), descansar (51%) e reunir-se com amigos e a família (44%).

A leitura – incluindo jornais, livros, revistas e textos na internet – aparece em sétimo lugar na lista das atividades que o brasileiro mais gosta de fazer no seu tempo livre. Enquanto o percentual de entrevistados que declara gostar de ler cai, o grupo dos que aproveitam o tempo ocioso para acessar a internet subiu de 18% para 24% entre 2007 e 2011. A pesquisa também identificou um novo comportamento que não estava no estudo anterior: acessar as redes sociais, indicado como atividade frequente por 18% dos entrevistados.

Setenta e cinco por cento dos entrevistados dizem que leem por prazer e 25% por obrigação. Entre os entrevistados, 49% disseram ler mais hoje do que no passado, 28% acreditaram ler menos e 20% avaliaram que leem na mesma quantidade. A principal razão apontada por aqueles que diminuiram o volume da leitura foi o desinteresse (78%), o que inclui a falta de tempo, a preferência por outras atividades e a “falta de paciência para ler”. Apenas

O que o brasileiro gosta de fazer no seu tempo livre:

85% - Assistir televisão

52% - Escutar música ou rádio

51% - Descansar

44% - Reunir-se com amigos e a família

4% apontaram a dificuldade de acesso aos livros como motivo para ler menos, o que inclui o preço do livro, a falta de bibliotecas perto de casa ou de livrarias.

Entre os participantes, 64% concordaram totalmente com a afirmação “ler bastante pode fazer uma pessoa vencer na vida e melhorar sua situação econômica”. Ao mesmo tempo, a maior parte diz que não conhece ninguém que tenha progredido na vida por ler muito.

O estudo também perguntou ao entrevistado qual era o significado da leitura para ele. Para 64%, a leitura é uma “fonte de conhecimento para a vida”. Entre as principais respostas obtidas estão ainda “fonte de conhecimento para atualização profissional” (41%) e “fonte de conhecimento para a escola” (35%). Apenas 6% consideram a leitura uma atividade cansativa e 5% acham que é entediante. ◀

Fonte: Agência Brasil

Apenas 28%
dos brasileiros
prefere ler no
seu tempo livre

25% dos
brasileiros leem
por obrigação

VIII CONATEE *acontecerá em São Paulo*

TREEMÍDIA/CONTEE



O VIII Congresso da CONTEE será realizado na capital paulista, nos dias 31 de agosto, 1 e 2 de setembro, e deve reunir cerca de 700 participantes.

Plenária do VII CONATEE, realizado em agosto de 2009, em São Paulo/SP.

No final do mês de agosto de 2012, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) realizará o seu VIII Congresso. A principal atividade deliberativa da entidade acontecerá nos dias 31 de agosto, 1º e 2 de setembro, em São Paulo/SP, nas dependências do Hotel Bourbon Convention Ibirapuera (Avenida Ibirapuera, 2927 – Moema).

No dia 1º de março, foi publicado o edital de convocação da atividade. O documento está disponível para consulta no Portal da CONTEE, onde também é possível encontrar o Regimento de

Convocação da atividade.

No primeiro dia de atividades, o credenciamento dos 700 participantes esperados acontecerá a partir das 12h, com abertura efetiva dos trabalhos às 16 horas. A pauta dos debates já está definida e terá como temas:

- Conjuntura Internacional e Nacional;
- Balanço da Gestão e Plano de Lutas
- Prestação de Contas, Sustentação Financeira, Organização e Relações Sindicais;
- Relações Internacionais;
- Conjuntura Educacional;
- Reformulação Estatutária;
- Eleição para nova Diretoria e Conselho Fiscal.

As inscrições para a atividade também deverão ser feitas pelo Portal – a partir do dia 12 de julho. A CONTEE solicita que no momento das inscrições sejam cadastrados os contatos de e-mail diretos dos delegados e delegadas participantes e não os endereços eletrônicos institucionais das entidades. A medida facilitará a comunicação da organização da atividade com os (as) participantes.

Neste ano, a CONTEE optou por reduzir o valor da inscrição como forma de incentivo à participação das entidades. Desse modo, a taxa de inscrição para o VIII CONATEE será de R\$ 300,00 (trezentos reais) para delegados (as) e observadores (as). Quem desejar trazer acompanhantes deverá pagar o valor integral de R\$ 530,00. A taxa cobre hospedagem e alimentação (jantar do primeiro dia, café da manhã, almoço e

jantar do segundo dia e café da manhã do último dia).

Segundo o Secretário de Finanças da CONTEE, José Roberto Torres Machado, a CONTEE realizou um estudo em relação ao valor ressarcido nos anos anteriores para pagamento de um trecho de passagem terrestre para cada participante e constatou que esses repasses ficariam aquém da parcela subsidiada pela CONTEE sobre a taxa de inscrição. “Assim, a Diretoria Plena deliberou por assegurar o desconto direto na inscrição e não mais fazer o reembolso para passagens”, esclarece o dirigente.

José Roberto ressalta ainda que é possível conseguir bons descontos na compra das passagens, se realizada com antecedência. “Muitas vezes com valores inferiores aos do transporte terrestre”. Por isso, é importante que as entidades agilizem a realização de suas assembleias e demais definições de participação para assegurar melhores condições para o deslocamento.

É importante lembrar que as assembleias para eleição dos delegados e delegadas ao CONATEE devem ser amplamente divulgadas, comunicando, inclusive, à Diretoria Executiva da CONTEE sobre todas as informações de local, horário e data, no prazo mínimo de 15 dias antes de sua realização. As assembleias devem ter quórum mínimo igual a três vezes o número de delegados a que a entidade tem direito.

Para a Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro, “o envolvimento das entidades na realização das assembleias é uma forma importante de divulgar o trabalho da CONTEE, colocando a Con-

federação mais próxima da categoria, para que essa vivência não se dê somente nos períodos próximos aos Congressos”.

Devem ser enviadas para a sede da CONTEE (contee@contee.org.br), até o dia 15/07, as propostas de teses e contribuições para o Congresso – a fim de que constem no caderno de proposições, que será remetido, antecipadamente, por via eletrônica, a todos (as) os (as) participantes. Com isso, a CONTEE pretende proporcionar mais tempo para que os delegados e delegadas possam tomar conhecimento das discussões. A diretoria da Confederação formulará também propostas de teses – considerando e destacando os possíveis pontos de divergência – que serão debatidas e aprovadas durante o fórum. **c**

Calendário com prazos oficiais de preparação para o VIII CONATEE:

- 01 julho de 2012:

Prazo final para entrega a CONTEE do balanço anual ano 2011 – DRE – demonstrativo do resultado do exercício (conforme nomenclatura da Legislação atual).

- 01 de julho de 2012:

Prazo final para enviar a CONTEE os dados dos associados das entidades.

- 01 de julho de 2012:

Prazo final para envio de Teses a CONTEE.

- 16 de julho de 2012:

Prazo final para quitação das obrigações financeiras junto a CONTEE.

- 11 de julho de 2012:

Confirmação do número de delegados (as) pela CONTEE as Entidades.

- 30 de julho de 2012:

Prazo final para inscrições através do Portal da CONTEE (as inscrições serão abertas no dia 12 de julho).

A mercantilização da educação *é um problema mundial*

O presidente da FENPROF (Federação Nacional dos Professores de Portugal), Mario Nogueira, conta com exclusividade à CONTEÚDO sobre a dura realidade enfrentada pelos docentes portugueses e as ações que a entidade lidera para deter os efeitos da crise mundial na vida categoria.



Como a crise econômica mundial, que atingiu especialmente os países europeus, tem se refletido no setor educacional e na categoria dos docentes em Portugal?

Mário Nogueira – A Educação em Portugal é vítima de dois tipos de ataque: o que decorre da crise, tendo provocado, em apenas dois anos (2011 e 2012), um corte orçamental de 2.300 milhões de euros (800 e 1.500, respetivamente) e colocou Portugal no último lugar dos 27 da União Europeia (UE), no que respeita ao peso da Educação no PIB (3,8%); o que decorre do fato de a direita que está no governo assumir as políticas neoliberais mais puras e duras que existem, tais como privatizações, fragilização dos serviços públicos, desvalorização dos profissionais, quer no plano material, quer da sua estabilidade ou das condições de trabalho. O Primeiro-Ministro português afirmou, que estas eram as políticas que a troika (FMI, UE, BCE) impunha ao país, mas esclareceu que, mesmo sem troika, estas seriam as suas políticas. Portanto, o ataque é completo e decorre da situação económica, mas também da política do governo em funções e do seu projeto ideológico.

“O ataque é completo e decorre da situação econômica, mas também da política do governo.”



Fotos: FENPROF

Como a FENPROF tem agido na tentativa de reverter esta situação e combater as perdas dos trabalhadores?

Mário Nogueira – A FENPROF tem sempre conjugado a luta pelos direitos sócio-profissionais dos docentes com a defesa da Escola Pública, da melhoria de condições de trabalho, da qualidade educativa e da elevação das qualificações dos portugueses. Como tal, e porque esta luta não é de hoje, temos, desde há muito, promovido uma forte ação sindical nos locais de trabalho, ou seja, nas escolas. Em 2008, tivemos duas grandes Manifestações de Professores, uma com 100.000 outra com 120.000 docentes (há cerca de 150.000 docentes em Portugal). Desde então houve greves, vigílias e muitas outras ações descentralizadas que uniram muitos professores.

Mas também quisemos dar espaço a ações conjuntas com outros parceiros educativos: funcionários das escolas, pais e encarregados de educação, estudantes, inspetores de educação, psicólogos educacionais e, todos juntos criamos um espaço informal a que chamamos Plataforma da Educação.

Tem sido um trabalho intenso, duríssimo, muito complexo, com alguns resultados importantes — ao nível dos horários de trabalho, das carreiras, da organização

pedagógica das escolas —, mas agora estamos confrontados com um novo e violento ataque que terá de merecer uma resposta igualmente forte, que estamos a preparar.

Conscientes de que este ataque não é só contra os professores, mas a sociedade, a democracia e o povo, temos procurado convergir com a luta mais geral de todos os trabalhadores, daí o nosso empenhamento na Greve Geral do passado dia 24 de novembro, a nossa participação numa Manifestação Nacional, em Lisboa, que, em 11 de fevereiro, reuniu milhares de trabalhadores e a nossa determinação na Greve Geral de 22 de março.

“Temos contado com o importante

Em sua opinião, qual deve ser o papel do movimento sindical num momento de crise como o atravessado por vocês?

Mário Nogueira

– O movimento sindical, seja em tempo de crise ou em qualquer outro, deve ter sempre um papel de protesto e proposta; deve centrar a sua atividade nos locais de trabalho, promovendo uma ação de proximidade com os trabalhadores; deve dar expressão de rua à sua ação, pois é

esta que pressiona os poderes — governos ou patrões — a negociarem e deve explorar a comunicação social e usar os novos meios de informação e comunicação como complementares da ação no terreno; numa crise como esta, que tem contornos internacionais, deverá procurar convergências com organizações de outros países, seja em manifestações de solidariedade, seja em ações concretas, por exemplo, à escala europeia, como aconteceu em 29 de Fevereiro, concretizando uma ação promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES). É o que temos feito. No caso da solidariedade internacional, temos contado com o muito importante e gratificante apoio da CONTEE.

Como a FENPROF busca estimular a mobilização da categoria? Há dificuldades nesse sentido?

Mário Nogueira – A mobilização obtém-se com informação, esclarecimento, debate e muito trabalho no terreno. Há dificuldades, claro, apesar de tantos anos

“Tem sido um trabalho intenso, duríssimo, muito complexo, com alguns resultados importantes”.



e gratificante apoio da CONTEE”.



de luta tão intensa e de ação tão forte, não foi possível evitar tantas malfeitorias... há descrenças, resignações, desistências que querem tomar conta das pessoas. Há uma sensação de instabilidade que é tramada! Pela nossa parte, procuramos combater isso com propostas e não deixando que morra a esperança. Fazemos ver aos professores que, inevitável, só a luta. Isto porque, como repetimos, quando se luta nem sempre se ganha, mas quando de baixam os braços perde-se sempre! Não é fácil, mas é esse trabalho que se espera e exige de um dirigente sindical.

A juventude participa das atividades e ações ou há resistência dessa parcela da população em envolver-se na luta sindical?

Mário Nogueira – A juventude participa, mas não tanto como deveria e se esperaria de um grupo que é das principais vítimas das políticas de direita. Há uma geração [que chamamos a do 25 de Abril (de 1974)] que continua a estar presente, mas que tem agora 50 anos. A juventude, que está a ser mais vítima do desemprego, da precariedade da instabilidade, que não consegue sair de casa dos pais e ter a sua própria vida está a viver um tempo de grande incerteza. É capaz de, num dia, vir em força para o protesto e, no seguinte, desaparecer. Não se envolve tanto como seria necessário na luta organizada. Por isso, temos uma preocupação especial para com os jovens e uma atenção grande aos seus problemas.

Qual a importância da cooperação internacional para o fortalecimento das ações da FENPROF? O que pode ser feito para colaborar com as batalhas dos trabalhadores portugueses?

Mário Nogueira – No plano internacional são ótimas as mensagens de solidariedade, a divulgação de links dos nossos sites, a pressão sobre os representantes nacionais nos países, com o envio de posições. Na última Greve Geral de Portugal, os trabalhadores gregos

“Temos uma preocupação

concentraram-se junto à nossa embaixada em Atenas. Isso dá-nos mais força e ao mesmo tempo, incomoda os governos que nos querem roubar o futuro.

A FENPROF realizou recentemente uma Conferência Nacional dedicada aos problemas enfrentados no ensino superior. Qual é cenário desta luta?

Mário Nogueira – O Ensino Superior e a Ciência são domínios também muito afetados pela atual situação. Os cortes orçamentais são também muito fortes e, no Ensino Superior, a taxa

de precariedade é ainda superior à dos restantes níveis de ensino. Com os cortes orçamentais essa precariedade tem-se transformado em desemprego. Os jovens estudantes também têm vindo a sofrer com a situação e, só este ano letivo, já desistiram da Universidade mais de 6.000 estudantes, dada a impossibilidade de as famílias suportarem os custos e de a ação social escolar não os apoiar diretamente. A Ciência e a Investigação vivem, sobretudo, do recurso a bolsistas. Com a crise acabam as bolsas e, sem elas, resta apenas uma pequena parcela. É outro grave problema que estamos a viver.

No Brasil lutamos contra o implacável processo chamado de mercantilização da educação. Isso ocorre também em Portugal? Quais os principais desafios do Ensino Superior na região?

Mário Nogueira – A mercantilização da educação é um problema mundial. A OMC declarou esse “mercado” como um dos mais lucrativos do planeta. Essa perspetiva que pretende transformar um bem social, como a Educação, num produto de mercado, algo que se vende e compra, de acordo com a capacidade financeira de quem o adquire. É o caminho da escola mínima para a maioria (onde se transmitem conhecimentos mínimos e adquirem competências básicas)

“Quando se luta nem sempre se ganha, mas quando se baixam os braços perde-se sempre!”



especial com os jovens”.

e da escola de qualidade para as elites. A escola que enche os bolsos dos promotores privados e, ao mesmo tempo, reproduz o status quo social, as desigualdades e as injustiças sociais. É mais um problema com que nos confrontamos.

Em 2011, os trabalhadores portugueses realizaram uma Greve Geral. Qual a sua avaliação desse protesto?

Mário Nogueira – Foi um momento de luta muito importante. Desde logo, na sua preparação e durante todo o tempo que antecedeu a Greve Geral foi possível lançar um amplo debate na sociedade portuguesa sobre o que estava em causa: a origem desta crise; por que esta escalada de exploração; por que está a empobrecer o povo português; por que continua a haver tanta corrupção, tanta fuga e evasão fiscal; por que Portugal é um dos países europeus em que o fosso entre os mais ricos e os mais pobres é dos mais profundos; por que lutam entre si as classes; e por que são chamados a pagar a crise aqueles que não a provocaram? O dia da Greve Geral foi muito intenso e, nesse dia, quisemos dar-lhe expressão de rua, com Manifestações nas principais cidades. Para o tempo seguinte ficou um crescendo de consciencialização política e social e isso é sempre um bem para um povo.

Quais outras lutas estão previstas para o ano de 2012?

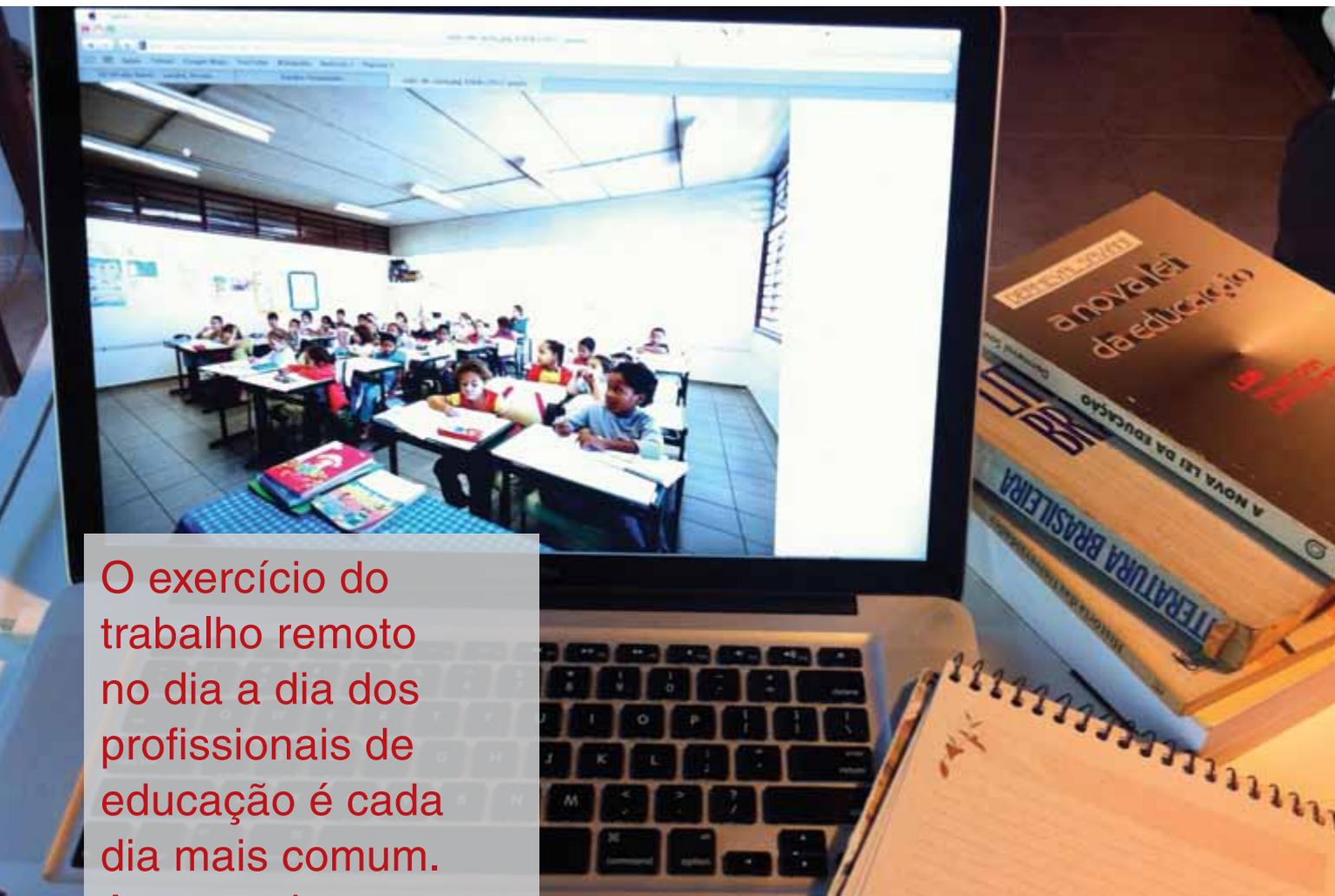
Mário Nogueira – A luta, nas atuais condições de grande pressão sobre os trabalhadores, é para continuar. A luta setorial dos professores, como a mais geral, tanto dos funcionários públicos, como de todos os trabalhadores não pode nem vai parar. Sabemos que a razão está do lado dos que lutam pelos seus direitos, pela sua soberania (que, no processo europeu, também está em causa), pelo seu futuro. À “razão” que pretendem impor-nos à força, saberemos reagir e fazer valer a força da nossa razão. c



“O movimento sindical, seja em tempo de crise ou em qualquer outro, deve ter sempre um papel de protesto e proposta”.

O Professor também é *teletrabalhador?*

Por Alberto Ribeiro*



O exercício do trabalho remoto no dia a dia dos profissionais de educação é cada dia mais comum. Acompanhe as reflexões propostas, em artigo, pelo dirigente da FITRAE-BC, Alberto Ribeiro.

Vivemos no mundo pós-moderno onde a tecnologia tem feito cada vez mais parte da vida de várias pessoas. Exemplo disso é a Apple. A empresa lançou a terceira geração do iPad (dispositivo em formato tablete) e vendeu mais de 3 milhões de unidades em apenas dez países. Antes de estar disponível no Brasil, vários brasileiros, aficionados em tecnologia, adquiriram o produto no exterior. Hoje temos mais de 1,66 milhões de usuários de e-mails no País, o que demonstra que estamos cada vez mais inseridos no mundo virtual.

A educação também tem se inserido no mundo virtual, educando estudantes à distância no Brasil e no exterior. Mesmo sem a devida regulamentação, essa modalidade de educação já é uma realidade irreversível e em altíssimo crescimento. O problema é que os trabalhadores e professores envolvidos nesse processo não são devidamente remunerados e, em muitos casos, pessoas não qualificadas exercem a função docente, configurando exercício ilegal da profissão.

A função do magistério compreende o exercício da regência de classe e de atividades técnico-pedagógicas que dão suporte às atividades de ensino. Este último tem sido cada vez mais praticado no formato de teletrabalho, que se caracteriza no fato de o professor e o auxiliar em educação terem que exercer atividades periódicas fora da escola, em um ou mais dias por semana. Seja em casa ou em outros espaços intermediários de trabalho, utilizando as tecnologias da informação.

A prática do teletrabalho tem sido cada vez mais comum, principalmente nas escolas do setor privado, que possuem portais próprios, alimentados diariamente pelos auxiliares em educação e pelos professores. Embora percebendo a mesma remuneração, são obrigados a executar estas tarefas em casa, em período “full-time” de trabalho, que pode ser interpretado como

“escravidão pós-moderna” nas novas relações de produção.

Este tem sido o diferencial das instituições particulares de ensino, onde os pais acompanham as notas, as faltas, os conteúdos ministrados e toda a vida escolar do estudante através das plataformas virtuais. Estes afazeres são desenvolvidos pelos auxiliares em educação e pelos professores que ainda se vêm obrigados a tirar dúvidas constantes dos estudantes, enviando-lhes exercícios, sugestões de leituras, de filmes e de eventos culturais.

Tudo isso seria válido se tivesse como objetivo ajudar na melhoria da qualidade da educação. Além disso, o mais grave é que o salário continua o mesmo e a carga de trabalho cada vez maior e a saúde e a vida familiar e social dos trabalhadores em educação têm sido prejudicadas.

O professor trabalha na escola e em casa a qualquer hora. Essa situação levou o Sinpro-RS a inovar quando realizou, em 2 de outubro de 2011, um dia de greve no Domingo. Essa forma de protesto deu ênfase à realidade em que vivem os professores. Mostrou que eles ocupam também este dia da semana para trabalhar. São obrigados a fazer correções de provas e trabalhos; preparação de aulas; desenvolvimento de projetos e atualização de informes nos meios virtuais das instituições. Exercendo o chamado teletrabalho.

Em 15 de dezembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.551 que regulamenta o teletrabalho:

“Art. 1º O art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo único. “Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.” (NR)

Nesta lei não se especifica o trabalho docente, mas é fato que os trabalhadores em educação têm desenvolvido, sem dúvida, as duas funções. Precisamos exigir o cumprimento dessa lei e fazer com que o teletrabalho realizado para as escolas, seja remunerado, para que a valorização do trabalhador aconteça, pelo menos desta vez, com respaldo legal.

É necessário debatermos a questão para podermos aprimorá-la e torná-la aceita na sociedade e ajudar na valorização dos profissionais da educação.

Professores e auxiliares: MOSTREM SUAS ARMAS!!! ◀



** Alberto Ribeiro é Secretário de finanças da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (Fitrae-BC).*

Sinpro Campinas: em Limeira, uma greve vitoriosa

Sinpro/ Campinas



Assembleia dos professores do Isca de Limeira, que decidiu pela greve.

O não cumprimento das obrigações trabalhistas, por parte da Associação Limeirense de Educação (ALIE), mantenedora do ISCA –Faculdades de Limeira, levou os professores daquela instituição de ensino superior a decretarem uma histórica greve no início do atual ano letivo.

A greve foi decidida depois de várias e infrutíferas tentativas de negociação com a mantenedora, que deixou de cumprir todos os acordos feitos, inclusive com o Ministério Público do Trabalho, de pagar os salários em dia, o abono de 1/3 das férias de julho de 2011 e o 13º salário.

O movimento dos professores do ISCA foi vitorioso. Se eles não tivessem se mantido mobilizados e unidos, a mantenedora, com certeza, não teria buscado alternativas para pagar os salários atrasados. Além disso, a manutenção do movimento grevista durante 20 dias mostra, e avisa aos mantenedores, a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora.

Sinpaet promove Café de Mulheres

Sinpaet-Tubarão

Cerca de 35 filiadas compareceram ao Café de Mulheres, promovido pelo Sinpaet no dia 31 de março (sábado). Com o tema “O poder da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades”, o evento contou com a palestra da psicóloga Desirée de Souza Freccia, que abordou as angústias e as vitórias do sexo feminino no mundo do trabalho. As participantes puderam debater sobre o assunto, levantando pontos e fazendo questionamentos. Antes disso, porém, todas desfrutaram de um delicioso café da manhã e uma mesa de doces, além de receberem como lembrança uma bolsa personalizada.



Companheiras que participaram do Café de Mulheres, promovido pelo Sinpaet.

De acordo com Gisele Vargas, presidenta do Sinpaet, a paridade de gênero promete ser tema constante nas ações a serem realizadas pelo sindicato neste ano. “Estamos num momento histórico no qual uma mulher chegou à presidência da República. Chegou a hora de reconhecer a importância das mulheres nas decisões políticas em todos os espaços de poder”, destaca Gisele. Ao final do evento, houve sorteio de brindes.

SINPRO PE divulga ranking das escolas privadas mais denunciadas

Pouca – ou quase nenhuma – valorização da profissão de professor, desrespeito as leis trabalhistas e absoluta falta de condições de trabalho. Estes e outros motivos levaram centenas de professores ao departamento jurídico do Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco – Sinpro Pe – para denunciar irregularidades nas escolas onde lecionam. De novembro de 2011 a abril de 2012 (apenas seis meses) foram 669 escolas acusadas de abuso. O dado levou a entidade a divulgar oficialmente, em assembléia da Campanha Salarial do Setor Privado 2012, um ranking das 12 instituições de ensino campeãs em desrespeito à categoria.

O Colégio Luiza Cora, em Olinda, lidera o ranking das escolas mais denunciadas, com um total de 15 queixas. Em seguida, a segunda colocação é dividida entre as escolas Souza Leão, Colégio 2001 de Olinda, Escola Internacional de Aldeia (EIA), Escola Professora Marina e Evolução Centro Educacional, todas com 13 denúncias cada. O Colégio Atual Boa Viagem é o terceiro colocado, com 12, seguido do irmão Atual de Piedade; 11 queixas. Colégio 2001 do Recife, Madre de Deus e Nova Olinda dividem a quinta posição, com 10 denúncias.

Das 669 queixas dos professores ligados ao Sinpro Pernambuco, atraso salarial está na liderança. Foram 169 denúncias, seguida de atraso do 13º salário, com 167. Além das remunerações, as escolas também não estão recolhendo o FGTS nem assinando a CTPS. Em seis meses, foram 161 e 89 denúncias, respectivamente. O pagamento do valor da hora-aula abaixo do piso recebeu 13 denúncias.

O sindicato também apresentou a relação com as 12 instituições que mais demitem no estado. Entre as que compõem a lista, estão o Colégio Santa Emília/Instituto Santa Emília, Colégio Adventista, Colégio Atual/Grupo Setúbal e Colégio Marista São Luiz. “Estes dados servem para conscientizar a categoria da importância de uma denúncia, e incentivar os docentes a fazer sempre que a escola descumprir algum acordo. A nossa intenção é levar essas listas para a sociedade ter conhecimento não só do nosso trabalho, mas do que nós, professores, enfrentamos diariamente para educar seus filhos”, comenta o secretário geral do Sinpro Pernambuco, Gabriel Pimenta.

Todas as denúncias foram protocoladas e encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho, que fica com a responsabilidade de verificar, avaliar e, sendo o caso, aplicar multa e Termo de Ajustamento de Conduta.

PRINCIPAIS DESCUMPRIMENTOS:

ATRASO SALARIAL: 169 Denúncias;

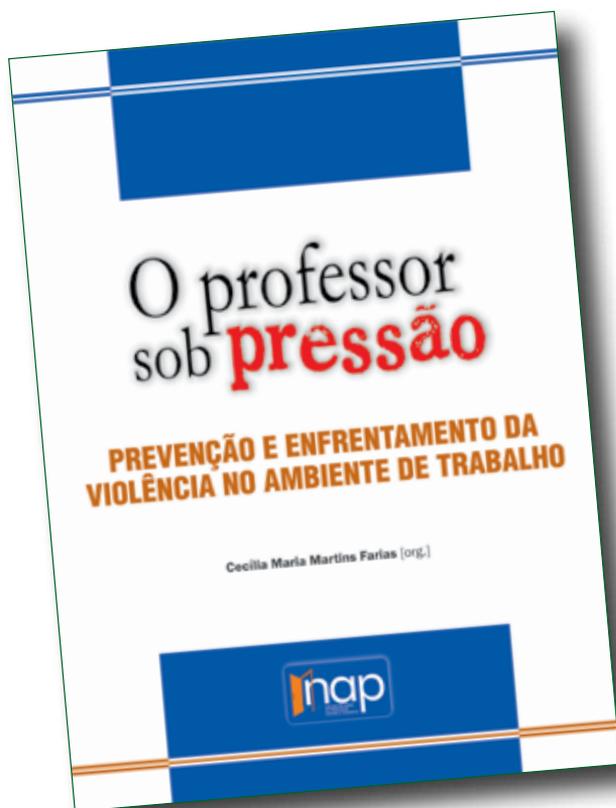
ATRASO DO 13º SALÁRIO: 167 Denúncias;

ATRASO NO RECOLHIMENTO DO FGTS: 161 Denúncias;

NÃO ASSINATURA DA CTPS: 89 Denúncias;

HORA – AULA ABAIXO DO PISO: 13 Denúncias;

Sinpro/RS: Violência contra professores no ambiente de trabalho é registrada em livro



O livro “O professor sob pressão – Prevenção e enfrentamento da violência no ambiente de trabalho” (Carta Editora, 104 p.) traz a análise de especialistas sobre as situações de violência vivenciadas no ambiente de trabalho e os caminhos possíveis para a sua prevenção e enfrentamento por parte dos profissionais e instituições de ensino.

O trabalho foi desenvolvido pelo Núcleo de Apoio ao Professor contra a Violência – NAP, instituído pelo Sinpro/RS, em 2007, e que

tem como principal objetivo acolher os professores que chegam ao Sindicato em sofrimento por situações de constrangimento e violência.

Reúne artigos de professores, psicólogos, representantes do Judiciário e outros especialistas acerca de situações de constrangimento protagonizadas por alunos e dirigentes no ambiente escolar, bem como os casos de violência implícita e explícita, assédio moral, discriminação, ameaças, assédio por meio virtual e assédio sexual sofridos por docentes no exercício profissional.

A obra tem organização da professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS e coordenadora do NAP, e oferece aos leitores uma detalhada explanação sobre as atividades do Núcleo e as pesquisas que comprovam o alto índice de comprometimento da saúde dos professores.

A obra conta também com artigos da psicanalista e doutora em Educação Roséli Cabistani; Luciane Toss, advogada do Sinpro/RS; do juiz do Trabalho Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior; de membros da Associação Psicanalista de Porto Alegre (APPOA), entre outros autores.

“Os relatos da violência contra professores nas instituições de ensino privado nos motivaram a investigar as causas e os desdobramentos dessas situações para os docentes. Os resultados obtidos oferecem um panorama claro sobre os tipos de violência sofrida pelos docentes e indicam ao NAP a necessidade de continuar alertando sobre os reflexos prejudiciais da violência e reivindicando maior atuação das escolas para prevenir e reprimir atitudes desrespeitosas que desqualificam o professor e, comprovadamente, são fator de adoecimento”, ressalta Cecília Farias.



Diretoria no Circuito Sinpro em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

SINPRO/ES atua pelo professorado capixaba

O SINPRO/ES realizou no dia 14 de abril a primeira edição do Circuito Sinpro 2012, em Cachoeiro de Itapemirim. As próximas edições acontecem dia 16 de junho em São Mateus e 04 de agosto na Grande Vitória.

Visando a aproximação com os professores do Espírito Santo, o SINPRO/ES lançou perfis oficiais no Twitter e Facebook. Nos dois ambientes os educadores podem se manifestar através dos comentários, ou mesmo compartilhando informações.

Tendo à frente o professor Jonas Rodrigues de Paula, o SINPRO/ES vem lutando pela manutenção da Previdência Privada. Nas diversas reuniões da Convenção Coletiva de Trabalho, o sindicato dos patrões insiste em excluir o benefício. O SINPRO/ES permanece na luta.

Sinpro-Rio

UniverCidade: greve de professores continua!

Sem salário, não há trabalho. Reunindo-se em assembleia, na Sede do Sinpro-Rio, os professores da instituição estão lutando por salários atrasados e direitos trabalhistas desrespeitados.

As assembleias têm reunido mais de cem educadores e também estudantes. Entre as ações definidas estão a intensificação das ações junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e a agenda de mobilizações de rua e nas redes sociais. Outra deliberação de uma das últimas assembleias foi o convite para que os professores da Universidade Gama Filho (UGF) - também vinculados ao grupo Galileo Educacional e que estão com os salários atrasados - participem da próxima assembleia da UniverCidade.

Acompanhe todo o caso através do site do Sinpro-Rio: www.sinpro-rio.org.br

Tem algo errado no ensino privado

Blog e redes sociais garantem *sucesso da Campanha 2012*

Fabio Alves/ D3 Comunicação



Neste ano, a Campanha Salarial Nacional da CONTEE – incorporada por diversas entidades filiadas – ganhou ainda maior repercussão nas redes sociais, trazendo denúncias e informações importantes para as categorias e a sociedade.

Rovane Rheinheimer Napp, Diretor de Finanças do Sintee Norte/RS, em ato de Lançamento da Campanha Salarial 2012, organizado pelos Técnicos Administrativos da base da Feteesul.

A Campanha Salarial Nacional 2012 – elaborada pela CONTEE – começou oficialmente no dia 21 de dezembro de 2011, com o lançamento do Blog “Tem algo errado no ensino privado”. Desde então, esta afirmação vem permeando todas as discussões da Campanha, seja nos materiais e peças publicitárias desenvolvidos, no Blog e nas redes sociais, seja nas atividades, assembleias, atos e negociações da categoria.

A Campanha partiu do princípio de que o Brasil vive

um bom momento, o desemprego diminuiu, as matrículas nas instituições privadas seguem em crescimento e a economia do País está estabilizada. Entretanto, esse cenário promissor e otimista não vem se refletindo em conquistas para os trabalhadores. A Campanha ressaltou ainda que a lógica dos que comandam as instituições de ensino é não valorizar os professores e técnicos administrativos, com objetivo único de garantir a ampliação de seus lucros e economizar na qualidade de ensino.

Assim, o Blog da Campanha e as páginas da CONTEE nas redes sociais vêm se dedicando a denunciar essa prática, com notícias, charges e relatos de todo o Brasil que desvendam uma realidade que não aparece nos anúncios publicitários.

Entre as denúncias repercutidas pela Campanha, destacamos a seguir algumas questões fundamentais, como as irregularidades encontradas em Instituições de Ensino Su-

perior privadas que cobravam mensalidades diferenciadas – mais altas, é claro – dos estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos.

Segundo declarou a professora Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE, na ocasião da denúncia, a notícia não surpreende, pois existe um descontrole no ensino superior privado e a Confederação vem apontando constantemente a necessidade de uma regulação no setor. “Algumas instituições com caráter nitidamente mercantilista utilizam diversos artifícios para ampliar seus lucros e estão pouco preocupadas com a formação dos alunos”, afirmou.

Outro ponto de destaque no Blog da Campanha foi a conclusão da CPI do Ensino Superior Privado – que aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e ouviu, ao longo do segundo semestre de 2011, empresários, estudantes, professores e lideranças do movimentos educacionais.

O relatório final da CPI, elaborado pelo deputado Simão Pedro (PT-SP), foi aprovado com recomendações aos órgãos competentes, ao governo federal e ao Congresso Nacional. De acordo com o deputado, em São Paulo, as instituições encontram um espaço para operar, “principalmente, por causa do salário baixo pago aos professores, que diminui o custo de operação”, destacou. Simão Pedro disse também que a educação está se transformando num produto meramente mercadológico, sem preocupação com qualidade e sem cumprir as funções básicas de uma universidade, que é oferecer pesquisas, difundir conhecimentos, e ser um espaço democrático para a formação de cidadãos.

Tema corriqueiro sempre no início de cada ano, os reajustes das mensalidades em 2012 ganharam destaque no Blog por estarem, mais uma vez, sendo aplicados acima da inflação. E, é claro, essa questão não poderia deixar de ser abordada pela Campanha. De acordo com o publicado no Blog, no Rio Grande do Sul, segundo informações

A página do Facebook conquistou quase 600% mais seguidores, após o lançamento da Campanha.

do DIEESE/RS, os reajustes na Educação Básica foram de 8,73% e na Educação Superior 8,80%. No Rio de Janeiro, a perspectiva é de que chegassem a até 12%. Em Minas Gerais, pesquisa do site Mercado Mineiro mostrava que as instituições de ensino superior da região reajustaram os preços das mensalidades em até 32,64%, enquanto o acumulado de janeiro a novembro de 2011 do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado para medir a inflação oficial do país, ficou em 5,97%.

Na época, o Blog esclareceu que o aumento das mensalidades acima da inflação denota o interesse das instituições de ensino em se aproveitar do bom momento da economia, utilizando essa estratégia para ampliação das margens de lucro. Lembrando ainda que esse descompasso entre os reajustes aplicados às mensalidades e aos salários dos profissionais de educação é histórico e não se restringe apenas há esse ano.

O uso das novas tecnologias e o impacto disso, em especial, no trabalho docente ganhou importante peso na Campanha de 2012. O Blog destacou que a cada dia se faz mais necessária a preparação das aulas com recursos multimídia, atividade que demanda tempo e atualização constante – tanto do professor, quanto das ferramentas de hardware e software. Impactando diretamente no volume de responsabilidades e na jornada de trabalho cada vez mais elástica.

Com isso, a Campanha expôs o fato de muitas instituições de ensino pressionarem os professores para que produzam conteúdos para os websites das escolas, para que mantenham blogs, fóruns e chats para trocar informações com os alunos, para que respondam e-mails com atendimento individualizado a qualquer tempo, ou seja, atividades que ultrapassam a carga-horária contratada. Fazendo com que, de certa forma, os docentes estejam disponíveis para trabalhar o tempo todo.

Com o discurso monocórdio de que a tecnologia veio para facilitar, os representantes dos sindicatos patronais resistem em avançar na limitação dessas atividades e de remunerar todo o trabalho executado, dentro ou fora da sala de aula.

A constatação de que “Tem algo errado no ensino privado” é também sentida na pele pelos funcionários de escolas. Um dos pontos que os atingem atualmente é a prática do banco de horas – que surgiu no Brasil num momento em que o país atravessava uma recessão econômica, mas que teve sua preserva lógica perpetuada

no governo FHC. Assim, no ensino privado essa prática tem se disseminado por vários estados brasileiros e quem mais sofre com isso são os funcionários não docentes das instituições de ensino de todos os níveis. A lei prevê que as regras de compensação sejam definidas por Convenção Coletiva de Trabalho, mas também abre a possibilidade de acordos individuais.

Diante disso, a Campanha da CONTEE difundiu a denúncia de que os patrões usam o seu poder para, arbitrariamente, decidir sobre como deve funcionar o banco de horas. Dentro da lógica de redução de custos e ampliação de lucros, os gestores vão literalmente “empurrando” as compensações e exigindo cada vez mais de quem trabalha.

Com o surgimento dos escândalos envolvendo o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o Senador Demóstenes Torres (DEM-GO), cujas conexões vieram à tona na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, o Blog da Campanha repercutiu também a informação de que o parlamentar atua no setor educacional. Segundo informações divulgadas no Jornal Folha de São Paulo, Demóstenes Torres é sócio, desde 2008, do empresário Marcelo Limírio na Nova Faculdade, instituição de ensino superior em Contagem

(MG). Limírio possui 60%, e Demóstenes, 20% das participações no negócio, que tem uma terceira cotista. Em um outro empreendimento, Limírio é sócio de Andrea Aprigio de Souza, ex-mulher do contraventor Carlinhos Cachoeira. A empresa é o Instituto de Ciências Farmacêuticas (ICF), que existe desde 2002. Limírio se tornou parceiro da empresa em 2006, dois anos após Andrea. Todas essas denúncias vieram à tona durante a Campanha e foram veiculadas e divulgadas no Blog, no Twitter e na página da CONTEE no Facebook.

A utilização das redes sociais na divulgação das ações da entidade, em especial da Campanha Salarial Nacional deste ano foi muito bem sucedida. A página do Facebook, por exemplo, conquistou quase 600% mais seguidores após o lançamento da Campanha. Muita gente vêm curtindo a página, comentando e compartilhando os materiais e conteúdos produzidos.

Entre as peças de destaque no Facebook está a que faz referência a luta pela aprovação no Plano Nacional de Educação da destinação de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação, que teve quase mil compartilhamentos nos primeiros dias de divulgação (figura ao lado).^c



Privatização do *ensino superior: problemas*

Por Otaviano Helene*

Em artigo, o ex-presidente do Inep, Otaviano Helene, fala sobre o avanço da privatização da educação superior e os riscos desta realidade para o País.

O ensino superior privado no Brasil atingiu proporções totalmente descabidas: estamos entre os três ou quatro países com maiores taxas de privatização e, provavelmente, o maior em privatização por meio de instituições mercantis. Entretanto, como a propaganda é muito inten-

sa, muitas pessoas acabam por esquecer ou minimizar as muitas características negativas desse sistema e ver apenas os poucos, e quando existentes, lados positivos.

A campanha a favor do ensino superior privado é tão grande que o próprio Ministério da Educação chegou

a veicular propaganda na qual aponta as vantagens de um financiamento público que permite que alguém frequente uma instituição privada! Alguém poderia imaginar o inverso, instituições privadas fazerem propaganda das vantagens da educação pública?

Grande parte dos pais, familiares e amigos dos jovens que hoje completam o ensino médio não frequentou o ensino superior e a maioria dos que o fizeram, inclusive seus próprios professores no ensino médio, frequentaram instituições privadas. Assim, não existe um referencial forte junto à população que permita avaliar os diferentes tipos de cursos superiores e de instituições. Consequentemente, cursos e instituições que em nada contribuem para o país e mesmo para os próprios estudantes acabam encontrando um campo fértil para os negócios e rebaixando ainda mais os critérios para julgamento do que deve ser um curso superior. O resultado é que o aumento da privatização, ao rebaixar os padrões de exigência da população, acaba por dar uma aparência de legitimidade à

própria privatização. E aquela absurda propaganda feita pelo MEC contribui ainda mais para transformar em aceitáveis cursos e instituições que deveriam ser inaceitáveis.

São muitos os problemas do ensino superior privado e as mensalidades cobradas não estão entre os piores. Um primeiro aspecto diz respeito ao retorno social e cultural dos cursos que oferecem. Como regra, as instituições privadas não oferecem seus cursos em áreas de conhecimento prioritárias nem nas regiões do país onde eles seriam mais necessários. O principal – ou mesmo, único – critério é o financeiro: são oferecidos cursos de grande poder de atração, muitas vezes por simples modismo, e nas regiões onde há clientela, não onde há necessidade. E isso ocorre não apenas naquelas instituições de caráter puramente mercantil e voltadas ao lucro puro e simples, mas até mesmo nas instituições confessionais, filantrópicas ou comunitárias, pois estas também dependem de suas planilhas de custo para se viabilizarem.

O ensino superior no Brasil, quando comparado com o dos demais países, caracteriza-se por uma pequena participação da população na idade correspondente e por uma distribuição pelas diferentes áreas profissionais que privilegia diversos cursos nas áreas de administração (muitas vezes adjetivadas e enfeitadas por palavras como competências gerenciais, gestão financeira, gestão de qualidade, gestão logística, empreendedorismo etc., que denotam o aspecto mercadológico que têm) e outras atraentes ou da moda, em detrimento das áreas fundamentais para o bem estar das pessoas e a produção de bens e serviços.

Essa opção pela oferta de cursos atraentes pode ser a seguinte. Uma instituição pode oferecer um curso de boa qualidade, com uma carga horária alta; talvez, assim, consiga um grande faturamento por estudante, mas conseguirá poucos estudantes. Entretanto, se oferecer um curso mais barato, terá menor faturamento por estudante, mas, por outro lado, conseguirá muitos estudantes. Como em qualquer atividade que podem gerar a combinação desses fatores levou ao que vemos hoje. Mesmo as instituições confessionais acabam por seguir a mesma lógica, pois ainda que possam

não ter como objetivo maximizar lucro ou faturamento, precisam maximizar o número de estudantes, uma vez que são braços importantes de divulgação e de formação de quadros das correspondentes religiões.

A tabela ilustra como se distribuem os formandos em alguns cursos em instituições federais, estaduais, municipais e privadas. Enquanto nas instituições federais e estaduais cerca de 5% a 6% dos formandos estão nas áreas de Gerenciamento e Administração, nas instituições privadas eles são 23%! Nos cursos de Engenharia e Medicina, duas áreas fundamentais, uma para o aumento da produção de bens e outra para o bem estar da população, a situação se inverte: as instituições privadas têm percentuais de concluintes muito abaixo daquele observado nas federais e estaduais. E nas duas áreas de ensino mais carentes em professores, Física e Química, as diferenças são gritantes (embora não gritemos o suficiente), ilustrando bem a total ineficiência do setor privado em responder às necessidades do país.

Distribuição dos formandos (%) em algumas áreas de conhecimento nas instituições públicas e privadas (cursos presenciais).

Distribuição dos formandos (%) em algumas áreas de conhecimento nas instituições públicas e privadas (cursos presenciais).					
Categoria Administrativa	Gerenciamento e Administração	Engenharia	Medicina	Formação de professores	
				Física	Química
Federais	4,5	14	4,6	0,87	1,2
Estaduais	6,4	10	2,3	0,84	1,2
Municipais	16	6,1	1,5	0,08	0,5
Privadas	23	5,6	1,0	0,06	0,2

Fonte: Sinopse da Educação Superior, Inep, 2010.

Essa distorção tem se agravado na medida em que mais e mais instituições mercantis têm surgido.

Assim, se hoje temos 23% dos concluintes das instituições privadas em Gerenciamento e Administração, em 1999 esse percentual era de “apenas” 14%. Evidentemente, não se trata aqui de defender que as instituições privadas tenham cursos em áreas de conhecimento mais necessárias ou que eles sejam melhor distribuídos pelo país. Afinal, a educação, desde a básica até a superior, não apenas é um direito das pessoas como, também, é um direito das pessoas que ela seja pública e administrada em respeito às possibilidades e necessidades do país. Apenas assim podemos ter um sistema que responda às carências regionais, aos anseios da população e

às necessidades das diferentes áreas de conhecimento, quer estejamos pensando na produção de bens e serviços, quer estejamos pensando no desenvolvimento cultural e social do país.

A distorção da distribuição dos formandos pelas diferentes áreas é de responsabilidade combinada do setor público e das instituições privadas.

Embora o setor público (ainda) distribua seus cursos de forma adequada, sua responsabilidade deve-se à pequena participação na oferta de cursos e à retração sistemática ocorrida ao longo do último meio século (1): atualmente, apenas 21% das conclusões de cursos superiores presenciais ocorrem em instituições públicas. Se considerarmos apenas as instituições federais e estaduais, uma vez que as municipais apresentam estrutura bastante próxima das instituições privadas (2), aquele percentual cai para 19%.

Outro problema criado pela privatização está relacionado à qualidade dos cursos oferecidos que, com poucas exceções, são sofríveis, como mostram as inúmeras avaliações feitas pelo setor público, por órgãos de classe e por entidades ligadas ao ensino de várias profissões. Mesmo usando muitos truques para melhorarem seus desempenhos (3), os cursos oferecidos pelo setor privado mostram-se significa-

tivamente piores do que os mesmos cursos oferecidos pelo setor público. Por causa disso, a contribuição que dão às diferentes áreas de conhecimento é limitadíssima, se não até mesmo negativa.

Em muitos casos, mesmo as perspectivas profissionais oferecidas aos estudantes é muito pequena ou nula. Outra vertente de problemas que mostra a inadequação das instituições privadas é o tratamento dado aos seus docentes, contratados, em grande parte, como professores horistas, com baixas remunerações e cargas de trabalho e número de estudantes incompatíveis com o ensino superior, a pesquisa e as atividades de extensão.

Um último fato. Os programas de subsídios públicos para instituições privadas, tanto os mantidas pelo governo federal como por governos estaduais, que tanto têm contribuído para o crescimento do setor privado, acabam por incentivar maus cursos. Por exemplo, em muitas áreas estratégicas e nas quais temos carências graves, a participação dos formandos do programa Prouni está bem abaixo até mesmo do que se observa na já baixa média das instituições privadas (4).

É isso o melhor que o país pode fazer? Certamente, não. **c**

Artigo publicado originalmente no site Correio Cidadania (www.correiocidadania.com.br)



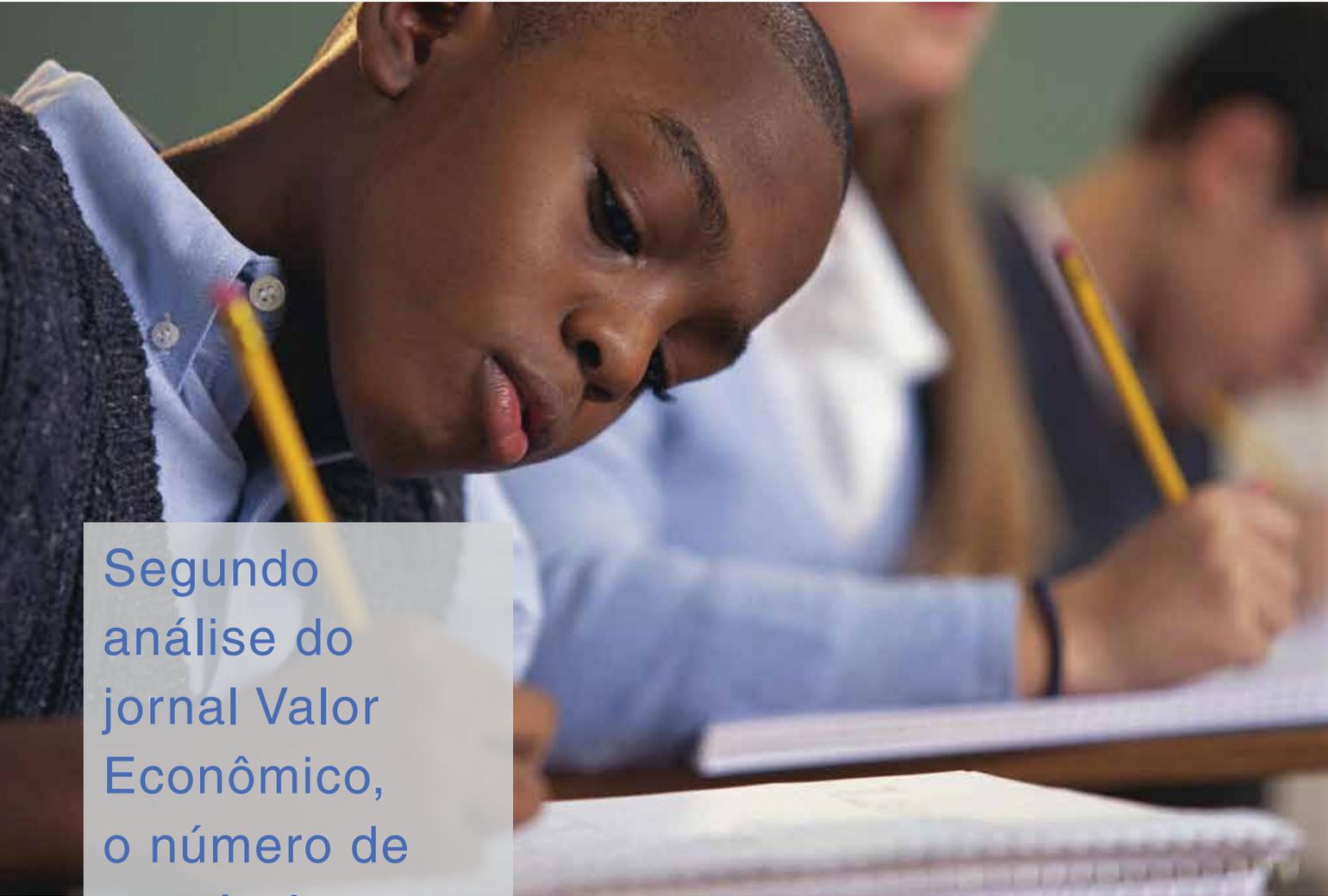
** Otaviano Helene, professor no Instituto de Física da USP, foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).*

Notas:

- 1) Há meio século atrás, perto de 60% dos estudantes nos cursos superiores estavam em instituições públicas. Após o período ditatorial esse percentual já se situava próximo aos 40% e com a investida neoliberal chegou a 30%. Hoje, com o crescimento da privatização na última década, menos do que 20% das conclusões de cursos superiores presenciais são em instituições federais ou estaduais.
- 2) A maioria das instituições municipais são, de fato, instituições privadas, tanto do ponto de vista jurídico como na prática de contratação de docentes, dos cursos oferecidos, das cobranças de mensalidades e da vinculação entre ensino, pesquisa e extensão.
- 3) Recentemente (início de 2012), surgiram na imprensa vários fatos envolvendo a manipulação, por parte de instituições privadas, das avaliações feitas pelo MEC.
- 4) Por exemplo, dados recentemente divulgados mostram que menos de 0,2% dos concluintes do Prouni se formaram em cursos de Medicina, contra cerca de 1% na média das instituições privadas e pouco mais de 3% nas instituições públicas.

Famílias trocam escola pública *pela escola privada*

Antonio Cruz/ABr

A young boy in a school uniform is focused on writing in a notebook. He is holding a yellow pencil and looking down at his work. In the background, other students are visible, also working at their desks.

Segundo análise do jornal Valor Econômico, o número de matrículas na educação básica pública vem caindo no último período.

No final do mês de abril, o jornal Valor Econômico publicou um levantamento em que afirma que a educação pública básica, em especial, vem perdendo estudantes para o setor privado. De acordo com o Jornal, nos últimos dez anos, a educação básica municipal, estadual e federal, perdeu um total de 4,834 milhões de estudantes, enquanto o ensino privado ganhou 1,090 milhão de matrículas.

De acordo com os dados divulgados pelo Valor, na média calculada de 2002 a 2011, o setor público perdeu 480 mil matrículas por ano e o mercado educacional privado arrebanhou cerca de 110 mil novos alunos anualmente.

Entre as hipóteses levantadas pela publicação para explicar essa tendência

está o crescimento econômico do País associado ao aumento da renda, o que estimula famílias que ascenderam socialmente a tirar seus filhos da escola pública e colocá-los na particular.

Em dez anos, os maiores movimentos de aumento de matrículas nas escolas particulares e de perda exponencial de alunos nas públicas coincidem com os anos em que a economia brasileira mais cresceu. O Produto Interno Bruto (PIB) avançou acima de 6% de 2007 para 2008, período em que os colégios privados matricularam 700 mil alunos e os públicos perderam cerca de 500 mil. Em 2010, quando o PIB cresceu 7,5%, a maior alta em 24 anos, o país registrou 400 mil novas matrículas no ensino privado e quase 1 milhão de baixas nas escolas públicas.

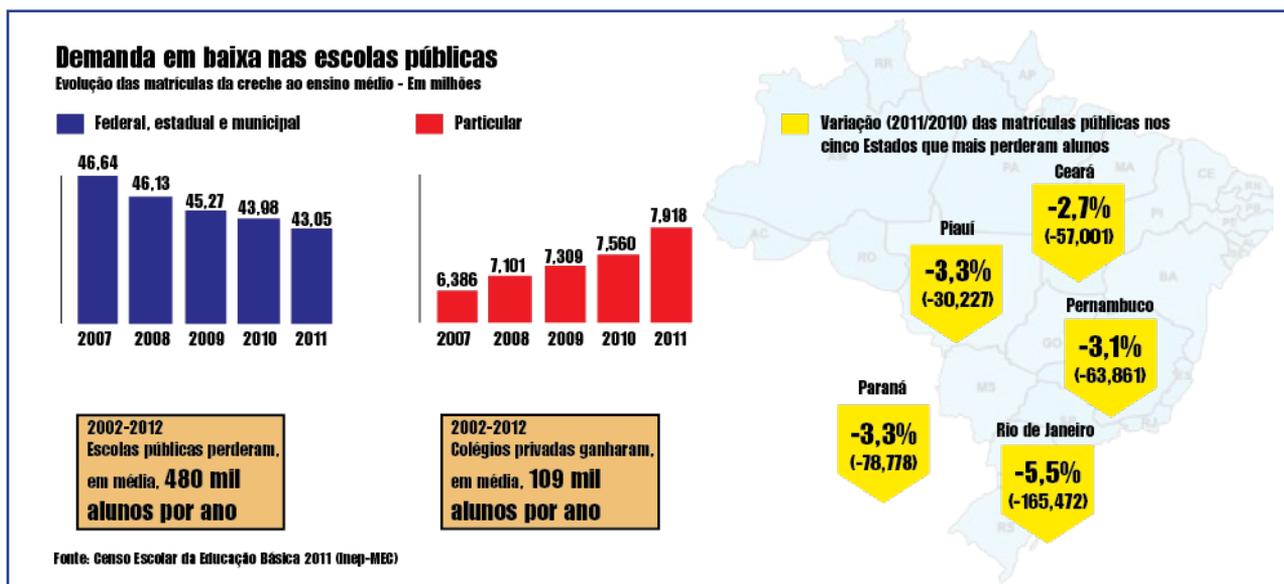
Além do fator econômico, a questão demográfica explica parte da perda de matrículas - em 2002, estavam matriculados 54,7 milhões de alunos até o ensino médio, número que caiu para 50,9 milhões em 2011, considerando escolas públicas e privadas. O IBGE projeta queda de 20% da população de 6 a 14 anos até 2022. Outro fator que explica a perda de matrículas no setor público é a correção do fluxo escolar, com menos crianças na escola com distorção de idade, informa o Ministério da Educação (MEC), no documento “Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2011”.

A percepção de que a qualidade do ensino público não vai bem pode influenciar migrações. Entretanto, a CONTEE destaca que essa visão pode estar equivocada – uma vez que a avalia-

ção de muitas escolas privadas não se diferencia das instituições públicas. Neste sentido, a Confederação ressalta a necessidade de intensificar as políticas de regulação do setor para garantir qualidade de ensino e o estabelecimento de diretrizes nacionais para a educação no País – voltadas ao desenvolvimento e à afirmação da soberania nacional.

A valorização do trabalhador da educação em todas as instituições de ensino do País também deve ser garantida. Assim, a CONTEE segue na luta pela regulação do setor privado, trabalhando incansavelmente em busca de intensificar a pressão junto aos órgãos do poder público, responsáveis pelo acompanhamento dessas discussões. c

Fonte: *Jornal Valor Econômico*, com informações da redação.



Reunião com Secretaria de Regulação do MEC

Arquivo CONTEE

CONTEE assina Manifesto “PNE já!”

Assinado pelas principais entidades nacionais de educação, o Manifesto PNE Já reivindica os 10% do PIB para educação pública e 50% dos royalties do fundo social do Pré-Sal para educação, ciência e tecnologia. O documento foi divulgado em ato no Congresso Nacional no dia 09/05 e destacou que “O Brasil alcançou, recentemente, a sexta posição no ranking das maiores economias do mundo, segundo critério do volume do PIB (Produto Interno Bruto). No entanto, o tamanho de sua economia e o recente desenvolvimento de seu mercado consumidor não são fatores suficientes para reconhecermos o Brasil como país rico, muito menos justo”.

Em outro trecho, as entidades afirmam que “Sem educação não há igualdade social, não há fortalecimento da democracia e das instituições, não há combate à corrupção e valorização da ética nas relações humanas, não há progresso científico e tecnológico, não há diminuição dos preconceitos e aumento da tolerância e da paz, não há futuro possível para este país que não reconheça a educação como sua maior e mais urgente prioridade”.

Também assinaram o documento a ANPG, Anped, Andifes, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CNTE, CNE, Fasubra, Proifes, SBPC, UBES, UNE, entre outras.



A CONTEE foi recebida em Brasília-DF, no dia 15/03, para uma reunião com o, então, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, Luis Fernando Massonetto. Estiveram presentes no encontro: a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto; a Secretária de Assuntos Educacionais da entidade, Adércia Hostin; a Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta; o Coordenador Regional Nordeste, Manoel Henrique da Silva Filho; a representante do Sinpro-Rio, Magna Corrêa Duarte; além do Secretário Executivo Adjunto do MEC, Francisco das Chagas; e do Chefe de Gabinete da Seres, André Bucar.

Massonetto fez uma explanação sobre os objetivos da criação da Secretaria e afirmou que é necessário estabelecer formas de acompanhamento das denúncias sobre o setor – a exemplo das denúncias sobre demissões em massa de mestres e doutores. Considerou ainda que a Secretaria deve zelar para que a legislação educacional seja cumprida e suas ações buscam induzir a elevação da qualidade.

Para Massonetto, é preciso enfrentar as dificuldades de controle, sobretudo nos períodos intermediários da avaliação das IES pelo MEC, estabelecendo um canal de interlocução com os trabalhadores do setor privado, representados pela CONTEE.

A Coordenadora Geral da CONTEE, professora Madalena Guasco Peixoto, considerou que essa relação com a Seres é fundamental. “Esta interlocução deve ser de caráter permanente, face à gravidade dos problemas do setor”, apontou. Madalena manifestou também a preocupação com a crescente entrada de capital estrangeiro nas IES.



Mary Del Priori elogia CONTEÚDO Especial Mulher

Revista CONTEÚDO Especial mulher recebeu muitos elogios das entidades filiadas à CONTEE e demais organizações dos movimentos sociais e feministas. Quem também fez questão de manifestar sua satisfação com a publicação foi a historiadora Mary Del Priori, entrevistada na edição comemorativa.

A professora enviou a seguinte mensagem à redação: “a revista está linda: obra de referência para outras publicações. Gratíssima pelo destaque. Todo o carinho e votos de sucesso”. A Revista CONTEÚDO agradece a gentil manifestação.

CONTEE participa de ato público em favor da aprovação do PNE

A CONTEE participou no dia 09/05 de um ato em defesa da aprovação imediata do Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação na Câmara dos Deputados. A atividade foi convocada pelas entidades estudantis, UNE, UBES e ANPG, e recebeu amplo apoio das demais representações dos movimentos sociais e sindicais de educação, entre elas a CONTEE, que prestigiou o ato, sendo representada pela Secretária de Assuntos Educacionais, Adércia Hostin, e pelo Coordenador Regional Sul da entidade, Cassio Bessa.

A ideia do ato, segundo o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, foi promover uma série de manifestações para pressionar o Congresso a aprovar o PNE. Trata-se da campanha PNE Já! – 10% do PIB em Educação e 50% dos Royalties e do Fundo Social do Pré-Sal para Educação, Ciência e Tecnologia.

O PNE estabelece 20 metas educacionais que o país deverá alcançar no prazo de dez anos. O ponto mais polêmico continua sendo a meta de investimento na área.



Arquivo CONTEE

CONTEE tem audiência com o Ministro Aloizio Mercadante

Arquivo CONTEE



O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, recebeu representantes da diretoria da CONTEE em audiência realizada, em Brasília-DF, no dia 10 de maio. Entre os presentes: a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto; a Secretária de Assuntos Educacionais da entidade, Adércia Hostin; o Coordenador Regional Sul, Cassio Bessa, e a Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta. Também participaram do encontro, o Secretário Executivo Adjunto do MEC, Francisco das Chagas, e o Chefe de Gabinete, Luiz Antonio de Mello Rebello.

Neste primeiro encontro oficial da CONTEE com o novo Ministro da Educação, a Coordenadora Geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, destacou a luta pela regulamentação da educação privada, bandeira histórica da Confederação, concretizada em diversas ações institucionais, como a participação da entidade na elaboração e debate das leis educacionais, participando também das Comissões que discutem as avaliações do ensino superior (CONAES) e o Prouni (CONAP).

A dirigente ressaltou que a entidade tem reforçado ainda a importância do debate sobre a financeirização da educa-

ção superior. Neste sentido, foi solicitado ao Ministro um posicionamento sobre a continuidade de uma agenda positiva entre a CONTEE e o MEC e das ações conjuntas, que vinham se desenhando entre a entidade e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC (Seres).

Mercadante manifestou total concordância com a manutenção dessa agenda positiva e se comprometeu a dar continuidade ao que havia sido acordado entre a Seres e a CONTEE. O Ministro tratou da complexidade da questão da regulação e expressou a necessidade de debater o Plano da Carreira docente como uma questão educacional-pedagógica.

Durante a Audiência, Mercadante expos sua preocupação com o comprometimento da qualidade de ensino nas instituições privadas vinculadas ao movimento de fusões e aquisições – destacando que 31 Instituições estão sob investigação. Segundo o Ministro, em função das denúncias apresentadas, o MEC está alterando determinadas regras, a fim de evitar procedimentos fraudulentos no ENADE.

CONTEE participa de audiência na Assembleia Legislativa do RS

A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul recebeu em audiência, no dia 24/04, representantes do Sinpro/RS e da CONTEE, que detalharam as denúncias de demissão em massa e irregularidades na Anhanguera Educacional – recentemente denunciadas pelas entidades ao MEC.

A audiência contou com a presença do Coordenador Regional Sul da CONTEE, Cássio Bessa, e de entidades sindicais do ensino privado da base da Federação dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino Privado do RS – Feteesul, que solicitaram a manifestação dos parlamentares ao MEC, reforçando o pedido de fiscalização na Anhanguera, bem como ao Ministério Público do Trabalho.

Na ocasião, Cássio Bessa falou da preocupação com a desnacionalização da educação, que está sendo transformada em mercadoria, citando o caso da Anhanguera que vem adquirindo instituições pequenas com recursos captados na bolsa de valores.

Seminário do TST debate liberdade sindical

O Tribunal Superior do Trabalho realizou, nos dias 25, 26 e 27 de abril, em Brasília-DF, um Seminário sobre “Liberdade Sindical e Novos Rumos do Sindicalismo no Brasil”. Representantes da CONTEE participaram da atividade, entre eles: a Secretária Geral da entidade, Cristina Castro; a Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta; o Secretário de Assuntos Jurídicos, João Batista da Silveira, a Secretária de Gênero e Etnia, Nara Teixeira; e o Coordenador Regional Norte, José Carlos Padilha Areas. Também prestigiaram o debate diversos dirigentes de entidades filiadas à CONTEE, como: FITRAE-BC, SAEP-DF, SINAAE-GO, SINPRO/ES, SAAE-MG, SINPRO-JF.

Segundo o TST, o objetivo do encontro foi “discutir os principais aspectos do sistema sindical brasileiro à luz das diretrizes e experiências internacionais sobre liberdade sindical”. A crise da representatividade e a busca de saídas que fortaleçam e legitimem a atuação dos sindicatos, com a participação efetiva dos trabalhadores, foram tratadas nos painéis que compuseram a programação do seminário.



Arquivo CONTEE

Dirigentes sindicais participam de Seminário do TST, em Brasília/DF.

Comitê Regional da IEAL se reuniu na Nicarágua



Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro, durante reunião da IEAL.

A Reunião do Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina aconteceu entre os dias 7 e 9 de maio, em Granada, na Nicarágua. A CONTEE participou da atividade, sendo representada pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro. A atividade discutiu questões de interesse dos dirigentes sindicais de toda a região. Entre os tópicos abordados está o avanço do processo do Movimento Pedagógico, iniciado em Bogotá, em 2011.

A Secretária Geral da CONTEE analisou, junto aos demais dirigentes sindicais presentes, a realidade brasileira, destacando as recentes alterações na Macroeconomia do País, apontando-as como “fundamentais para o crescimento do Brasil”. Destacou, entretanto, que é preciso intensificar o combate à política de juros e impostos altos, aliada à sobrevalorização do câmbio, que ameaça a indústria brasileira. O processo de mercantilização da educação também foi exposto pela dirigente, que relatou e apresentou dados sobre as aquisições de instituições de ensino e a formação de grandes conglomerados educacionais mercantilistas no ensino superior privado.

Plenária Nacional da CMS articula calendário de lutas para 2012

No dia 12/04, aconteceu em São Paulo/SP, a 10ª Plenária Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), atividade que reuniu diversos movimentos e entidades sociais do Brasil, para articular o calendário de lutas para o próximo período. A CONTEE participou da atividade, sendo representada pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro, e pela Secretária de Formação e Políticas Sociais, Rita Fraga.

Durante as discussões, ficou estabelecido que será realizada uma grande mobilização nacional em 5 de junho, Dia Nacional do Meio Ambiente e da Ecologia. O foco central das manifestações será contra o capital financeiro que vem sendo o grande vilão do desenvolvimento e luta dos trabalhadores.

Em sua explanação, a Secretária Geral da CONTEE ressaltou a importância da limitação da entrada de capital estrangeiro na educação, atualmente sem nenhuma regulamentação, demonstrando o “descompromisso com o desenvolvimento do Brasil enquanto nação soberana”. A dirigente ainda confirmou a participação da Confederação nas atividades e lutas aprovadas.

Seminário discute campanha pela *democratização da comunicação*

Dino Santos



O Seminário “Desafios da liberdade de expressão”, promovido pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), reuniu entidades e lideranças envolvidas na luta pela democratização da mídia.

Mesa de abertura do Seminário promovido pelo FNDC, em São Paulo/SP.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) promoveu o Seminário “Desafios da liberdade de expressão”, no dia 4 de maio, em São Paulo/SP. Com o auditório do Sindicato dos Engenheiros lotado, o FNDC apresentou sua proposta de campanha pela democratização do setor e discutiu o momento político atual. O debate contou com a participação de parlamentares, entidades do movimento social e da sociedade civil. A CONTEE participou da atividade, sendo representada por sua assessora da Comunicação, Daniele Moraes.

Rosane Bertotti, secretária-executiva do FNDC, destacou que o seminário é fruto de um processo amplo e coletivo, surgido da Conferência Nacional de Comunicação, em 2009. Ela apontou dois princípios balizadores para a campanha: a liberdade de expressão e a comunicação como direito. “Devemos articular uma grande mobilização. O movimento social e as entidades envolvidas devem lutar intensamente para sensibilizar a opinião pública em torno do tema”.

Conjuntura política

Na avaliação de Bertotti, o envolvimento da revista *Veja* com o contraventor Carlinhos Cachoeira e a possibilidade de não haver punição ao veículo referenda a necessidade urgente de democratização da comunicação. Ela destacou que o governo tem apontado soluções fatiadas, pouco abrangentes. “Nos próximos meses, deve sair a consulta pública com questões que apontam para a possibilidade de se criar um marco regulatório para o setor. Precisamos nos preparar para contribuir com esse debate”, afirma.

Altamiro Borges, presi-

dente do Barão de Itararé, opinou que o momento é favorável para o a discussão. “O governo Dilma vive seu melhor momento político, forjando uma identidade mais ousada e mudando sua atitude. O ambiente latino-americano também é instigante: após a Argentina aprovar sua Ley de Medios, o Equador também aprovou um projeto avançado na área de comunicação”.

Para ele, os movimentos sociais estão antenados com o debate, mas precisam ter a comunicação como pauta prioritária. Borges ainda exaltou a bandeira da liberdade de expressão, adotada pela campanha: “Liberdade de expressão é diferente de liberdade de imprensa. Liberdade de imprensa, para a grande mídia, é liberdade de monopólio. Para nós, é a do direito à comunicação”.

O secretário de comunicação do PT, André Vargas, lembrou o seminário realizado pelo partido no ano passado para debater a criação de um novo marco regulatório. Vargas destacou que a Secretaria de Comunicação e o partido tem cobrado o governo em relação ao tema. “No seminário, anunciamos a democratização da comunicação como um compromisso do partido, mas a sociedade civil precisa tomar para si o debate”, disse.

A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), presidente da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom), opinou que a correlação de forças tem que ser criada pelo governo a partir da força do movimento. “Não podemos ficar esperando a consulta pública”, afirma. Ela também ressalta que a Frentecom e o FNDC provam que a luta é suprapartidária. “Acima de tudo, a comunicação deve ser entendida, pelos partidos e pelos movimentos sociais, como questão prioritária e fundamental”, diz.

Ivan Valente, presidente do PSOL, ressaltou que países capitalistas europeus, considerados “modelos” pela grande mídia, têm regulamentações de comunicação muito avançadas em relação ao Brasil. Segundo ele, há, sim, correlação de forças no governo, mas é preciso confiar na organização da sociedade civil para enfrentar o monopólio da comunicação. “Temos que colocar o debate nas ruas, além do parlamento, para enfrentar o debate com coragem política e musculatura”, afirma.

Os desafios do movimento

Durante o seminário, a proposta de campanha elaborada pela Comissão Executiva do FNDC foi colocada em debate. João Brant, do Coletivo Intervezes, explicou as estratégias de organização e mobilização do movimento e da sociedade, além do calendário de atividades, sugeridos no documento do FNDC.

Os principais objetivos da proposta são ampliar o conjunto de atores sociais na luta pela liberdade de expressão e pelo direito à comunicação, intensificar lutar para que o tema seja posto em debate público pelo Governo Federal, com vistas à construção de um marco regulatório para o setor e sensibilizar um grande número de pessoas para criar uma correlação de forças favorável no debate.

Ao longo do seminário, os participantes puderam prestar contribuições e levantar questões relevantes à construção da campanha.

Eu “curto” essa campanha

Para o publicitário Renato Meirelles, do Instituto Datapopular, é preciso apresentar o debate de forma atraente, mostrando como a questão da comunicação interfere na vida das pessoas. “Você curte a ideia de a Internet ser democrática, de ter liberdade para falar nas redes sociais? Que tal televisão, rádio e jornal também serem assim?”, exemplificou Meirelles. Em sua opinião, a Internet é uma ferramenta fundamental para disseminar o debate.

O jornalista Rodrigo Vianna, autor do blog Escrevinhador, citou a Constituição para argumentar em favor da democratização da mídia: “Não precisamos de Revolução Russa, Cubana ou peronismo, como a grande mídia gosta de estigmatizar. Um pouquinho de Revolução Francesa está bom. A Constituição Brasileira fala da democratização da comunicação, incluindo conselhos de comunicação e impedimento do monopólio”.

Ele acrescentou a importância de se discutir a construção da campanha e a sensibilização da opinião pública. “Não podemos ficar esperando o governo decidir. O debate precisa chegar à sociedade e é fundamental que o seminário discuta essa questão”, afirma. **c**

Fonte: Barão de Itararé



Atividade foi acompanhada por comunicadores e lideranças do movimento de democratização da mídia.

Na pauta *Positiva*

Veja aqui importantes avanços sociais que merecem destaque:

STF decide pela constitucionalidade das cotas raciais

Em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou, por unanimidade, que a reserva de vagas em universidades públicas com base no sistema de cotas raciais é constitucional. Durante dois dias de julgamento, os ministros analisaram a ação ajuizada pelo Partido Democratas (DEM), em 2009, contra esse sistema na Universidade de Brasília (UnB).

Na ocasião, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, disse que a política compensatória é justificada pela Constituição. Para ele, os erros de uma geração podem ser revistos pela geração seguinte. “O preconceito é histórico. Quem não sofre preconceito de cor já leva uma enorme vantagem, significa desfrutar de uma situação favorecida negada a outros”, explicou Britto.

Com informações da Agência Brasil

Diferença entre salário mínimo real e o “ideal” é a menor da história

O salário mínimo nacional nunca esteve tão próximo do salário considerado ideal pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que é de R\$ 2.329,35. Esse valor é 2,7 vezes maior que o salário mínimo vigente (R\$ 622) - a menor relação verificada na série histórica. No fim do ano passado, ele era 3,3 vezes maior. E, em 1994, quando o Plano Real entrou em vigor, era 8,1 vezes maior.

O que mais tem pesado no aumento do poder de compra do salário mínimo, de acordo com o Dieese, são os reajustes do piso nacional. Indexado pela inflação de 2011 e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior, ele cresceu 14,1% em janeiro deste ano.

Com informações do Jornal Valor Econômico

Desafios para a *nossa luta*

Os desafios sociais brasileiros são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exige atenção redobrada:

Diferença de salário entre homens e mulheres cresceu em 2010

A diferença entre os salários pagos a homens e mulheres cresceu em 2010, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2009, os salários dos homens eram 24,1% acima do das mulheres. No ano seguinte, essa diferença alcançou 25%.

Em 2010, segundo o IBGE, as mulheres receberam, em média, 2,8 salários mínimos, enquanto a remuneração dos homens foi de 3,5 salários. No mesmo ano, 57,9% do pessoal assalariado ocupado eram homens, enquanto as mulheres representavam 42,1% do total.

O salário médio pago pelas empresas e outras organizações foi de R\$ 1.650,30, uma alta de apenas 0,6% na comparação com o ano anterior. A maior remuneração média foi paga pelo setor de eletricidade e gás, de R\$ 5.125,90, enquanto a menor foi registrada em alojamento e remuneração, de R\$ 779,58.

Com informações do Portal G1 SP

Mortalidade materna no Brasil ainda *está acima da meta da ONU*

José Cruz/ABr



De acordo com o Ministério da Saúde, o índice de mulheres que morrem por complicações durante ou após a gestação no Brasil teve um redução de 19% em 2011, porém ainda está acima da meta indicada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, acordados com a Organização das Nações Unidas.

No primeiro semestre de 2011, o governo registrou 705 óbitos maternos, contra os 870 ocorridos no primeiro semestre de 2010, uma queda de 19%. A taxa anual para 2011 ainda não foi fechada, mas os dados preliminares indicam que o País pode atingir a proporção de 63 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos, contra 68 por 100 mil em 2010.

Se confirmado, o índice representará a maior queda da taxa de mortalidade desde 2002. A melhora geral dos serviços de atendimento à gestante é apontada pelo

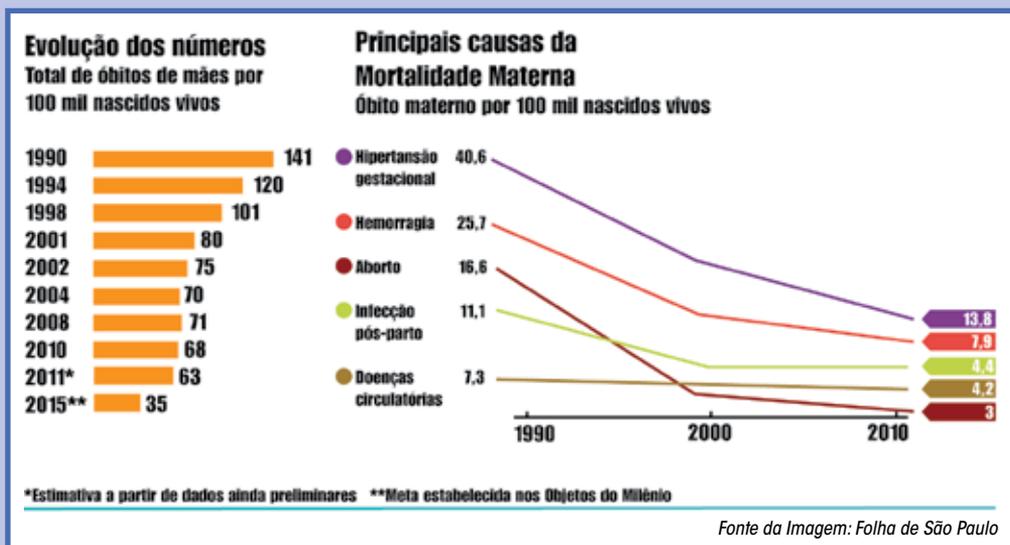
governo como justificativa para a diminuição da taxa de mortalidade. Porém, mesmo que essa queda se mantenha nos próximos quatro anos, o país provavelmente não conseguirá atingir a meta estabelecida pela ONU (Organização das Nações Unidas).

“Temos de intensificar o trabalho nos próximos anos se quisermos atingir os Objetivos do Milênio, de chegar a 35 [mortes maternas por 100 mil nascidos vivos] em 2015”, afirmou o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ele afirmou que continua trabalhando com a meta traçada pela ONU, contudo, admitiu a possibilidade de o País não atingir a meta.

O conceito de morte materna engloba as mortes que ocorrem durante a gestação ou até 42 dias após o parto, qualquer que tenha sido a duração da gravidez. A estatística para calcular as taxas de mortalidade materna incluem causas diretas de morte materna, como eclampsia e hemorragia pós parto, e indiretas (doenças preexistentes agravadas na gravidez, como diabetes e doenças circulatórias), e exclui causas externas, como acidentes.

A hipertensão é apontada, desde 1990, como a principal causa de morte materna, seguida de hemorragia e infecção pós-parto, de acordo com os registros do Ministério da Saúde.

Em 2010, 13,8 mortes maternas por hipertensão foram contabilizadas para cada 100 mil nascidos vivos. Em 1990, esse índice chegou a 40,6 por 100 mil. Houve redução nas mortes por hemorragia (índice de 7,9 por 100 mil em 2010) e por infecção pós-parto (4,4 por 100 mil em 2010) da ordem de 60% desde a década de



1990. A única causa indireta que aparece entre as principais relacionadas à morte materna nos últimos 30 anos é a doença circulatória agravada pela gravidez e pelo parto.

Entre as causas de morte materna, o aborto registrou queda no período, sendo situado em quinto lugar. Contudo, este número pode estar subestimado, tendo em vista que a prática é considerada crime, salvo nos casos em que a gestação oferece risco à vida da gestante ou quando teve origem a partir de estupro.

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), 10% das mortes maternas, em 2009, foram ocasionadas por abortos, espontâneos ou provocados.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), desenvolvida pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, mostra que metade das mulheres que realizaram aborto procuraram o sistema público de saúde em decorrência de complicações no procedimento, na maioria dos casos realizado em clínicas clandestinas.

As constatações da PNE, que entrevistou 2.002 mulheres com idade entre 18 e 39 anos, revelam a necessidade de tratar o aborto como um caso de saúde pública. Entre as entrevistadas, 15% relataram ter feito o procedimento pelo menos uma vez na vida. Em termos proporcionais, as mulheres de 35 a 39 anos são as que mais o fizeram. “Isso mostra o quanto o aborto é um fenômeno comum na vida reprodutiva das mulheres”, conclui a pesquisadora responsável pelo estudo, Debora Diniz, que atua no Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, na Universidade de Brasília (UnB).

Outro fator importante em relação à saúde da mulher é o elevado índice de cesarianas no País — em torno de 47%. Na saúde suplementar, o índice chega a 90%, enquanto no SUS é de 37%. Em 2010, o Brasil registrou mais cesarianas do que partos normais, com uma taxa de 52% dos partos.

O recomendado pela ONU é, no máximo, 15%. A cesariana está mais associada a complicações que podem levar à morte. Estudos comprovam ainda que as chamadas “cesáreas eletivas” são as que representam maior risco. Nesse tipo de parto, a mãe agenda o dia do nasci-

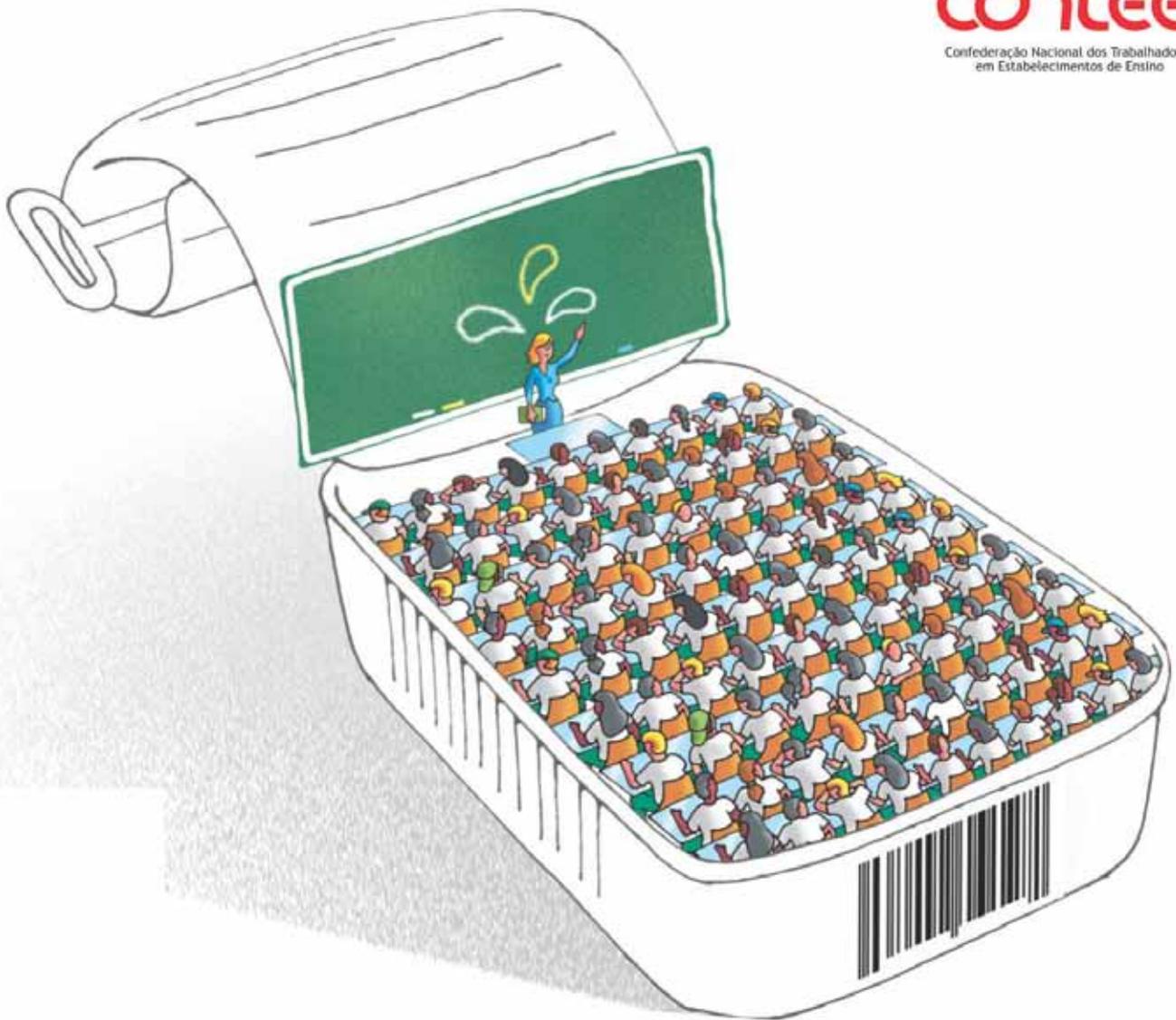
mento e o bebê nasce sem que ela entre em trabalho de parto, o que pode causar problemas de saúde, principalmente respiratórios, na criança.

Em 2010, as principais causas de óbito materno foram hipertensão na gravidez, hemorragia, infecção puerperal, doenças do aparelho circulatório complicadas pela gravidez, parto e puerpério e aborto.

Em março, foi anunciado que 228 municípios brasileiros que fazem parte da Rede Cegonha, um dos principais programas de saúde do Governo Dilma Rousseff, vão começar a receber recursos para reforçarem as ações oferecidas às gestantes durante o pré-natal.

O Ministério da Saúde autorizou o repasse de quase R\$ 25 milhões que serão usados no componente pré-natal da Rede Cegonha. A ação prevê a realização de exames iniciais da gestação, visitas das futuras mães às maternidades e qualificação profissional. **c**

Fontes: O Globo, Estadão, Correio Brasileiro, Observatório Brasil de Igualdade de Gênero e Ministério da Saúde



Limite de alunos por turma

Bom para quem ensina

Bom para quem aprende



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino